

ATA N.º 15/2019

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA
CÂMARA MUNICIPAL DE PENICHE,
REALIZADA NO DIA 26 DE MARÇO DE 2019

Aos vinte e seis dias do mês de março do ano dois mil e dezanove, nesta cidade de Peniche e Sala de Sessões dos Paços do Município, com a participação dos Excelentíssimos Senhores Henrique Bertino Batista Antunes, Presidente, Mark Paulo Rocha Ministro, Vice-Presidente, Ana Rita Trindade Petinga, Filipe Maia de Matos Ferreira Sales, Cristina Maria Luís Leitão, Jorge Manuel Rosendo Gonçalves e David Jorge Martins Brás, Vereadores, reuniu-se, extraordinariamente, a Câmara Municipal de Peniche, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

----- 1.º - Ordem do dia: -----

----- Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística: -----

----- Ponto único - Revisão do Plano Diretor Municipal – Pelouro do Planeamento e Urbanismo;-----

----- 2.º - Aprovação da minuta da ata. -----

A reunião foi aberta, pelo senhor Presidente, eram dez horas, encontrando-se na sala seis dos sete elementos que compõem a Câmara Municipal de Peniche.-----

A reunião foi interrompida entre as treze horas e as catorze e quarenta minutos.-----

Estiveram presentes os senhores: Inês Lourenço, Secretária de Apoio à Vereação, Ana Carriço, Chefe da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística, em regime de substituição, Alexandra Tormenta, Técnica Superior da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística, e Jorge Carvalho e Gil Ribeiro da empresa Jorge Afonso Carvalho, Urbanísticas, L.^{da}, durante toda a reunião. -----

RECONHECIMENTO DE IDENTIDADE E LEGITIMIDADE:

O senhor Presidente da Câmara deu conhecimento de que o senhor Vereador Rogério Manuel Dias Cação e a senhora Maria Clara Escudeiro Santana Abrantes, cidadã que se seguia na respetiva lista, comunicaram a sua ausência à reunião de hoje, ao abrigo e nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, e, encontrando-se presente na sala o cidadão imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista, senhor David Jorge Martins Brás, da Coligação Democrática Unitária, conforme exarado no Edital n.º 52/2013, de 2 de setembro, emanado pelo senhor Presidente da Câmara Municipal de Peniche, na sequência do ofício n.º 1301547, datado de 28 de agosto de 2013, do Tribunal Judicial de Peniche, reconheceu a identidade e legitimidade do referido cidadão, pelo que este passou, de imediato, a participar na reunião, nos termos do n.º 1 do artigo 79.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

A Câmara passou a apreciar os assuntos constantes da ordem do dia, tendo tomado as seguintes deliberações que, quando não sejam indicados outro resultado e forma de votação, foram tomadas por unanimidade e votação nominal:-----

DIVISÃO DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANÍSTICA:

Ponto único - Revisão do Plano Diretor Municipal – Pelouro do Planeamento e Urbanismo: -----

Deliberação n.º 387/2019: Relativamente à revisão do Plano Diretor Municipal, usaram da palavra os senhores adiante designados:-----

Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:

- Disse que, ontem, na preparação da reunião, ficou assente que deveriam começar pela avaliação das visitas às freguesias, para clarificar e tentar arranjar propostas consensuais do que se ouviu, que eram as propostas da equipa técnica e que, talvez, se voltasse ao documento para que se resolvesse o documento com as propostas, para tentar fechar aquela parte, dentro da península e dentro da cidade, que se clarificar alguns aspetos que achava que teriam que ser clarificados para poderem avançar com uma proposta mais consensualizada entre os políticos e os técnicos, mas, também, entre os autarcas.-----

Senhor Arquiteto Gil Ribeiro:

- Disse que as apresentações que fizeram às Juntas de Freguesia já incorporavam muitos contributos consequentes das reuniões e, também, dos documentos apresentados pelos senhores Vereadores, sendo que a planta de ordenamento apresentada, refletia isso mesmo. Disse que a seguir à apresentação, as Juntas de Freguesias foram convidadas, partilharam os documentos e enviaram contributos, sendo que, até ao momento, ainda não receberam nenhum contributo por escrito, pelo que estavam a aguardar. Antes de começar pelas apresentações, disse que a ordem seria, Serra d'El-Rei, Peniche, Ferrel e Atouguia da Baleia. Disse que, na generalidade, sentiram que as propostas foram bem-recebidas, que o tema do PDM, era um tema que mobilizava os eleitos das freguesias e que criava várias opiniões, algumas apaixonadas, referindo que foi um debate bastante importante e que serviu para melhorar. Sentiu que havia espaço para melhorar e, também, para personificar algumas opções. Começando pela Serra d'El-Rei, disse que não poderia esconder, que foi, de longe, a que teve menos receptividade, porque houve da parte da Junta uma oposição frontal a muitas das posições. Referiu que não fazia sentido reproduzir toda a apresentação, mas todas as apresentações obedeceram a uma estrutura em que faziam o contexto do PDM, davam nota do que é que estava obrigado, pelas alterações que houve no quadro legal, falavam dos objetivos do PDM, e depois faziam sempre uma pequena chamada para o concelho, indo depois para a questão de cada lugar. Chamou à atenção que a grande diferença, em relação às sessões anteriores, que apresentaram em reunião de Câmara, seria numa área turística, em função de alguns comentários e da necessidade, tendo sido algo, em que não apresentaram nenhuma resistência, por fazer sentido aproveitar vistas para a península e para as Berlengas, por ser uma zona alta. Sobre a reação dos eleitos da Junta, disse ter havido duas resistências principais, uma desde logo, à variante, por a Junta não se identificar com a necessidade de construir uma variante, sobretudo por ter medo que isso tirasse visibilidade ao centro, e a segunda grande resistência, tinha a ver com a questão da área industrial, porque a Junta gostava que houvesse uma zona industrial, e explicaram que, do ponto de vista técnico, seria mesmo uma coisa errada, por os ventos dominantes em Portugal serem norte, e por as áreas de atividades económicas não deverem ser colocadas a norte das povoações, por questões ambientais, de saúde, entre outras, referindo que o sítio certo, seria sempre entre o ponto de acessibilidade e a povoação propriamente dita, portanto, o sítio certo seria no concelho vizinho, e em relação à apresentação que fizeram à Junta da Serra d'El-Rei, disse que não acrescentaria muito mais. Disse que o objetivo de hoje, incorporando o que foram as apresentações às Juntas, incorporando o que são, seria sair com o que possa ser a apresentação da proposta da Câmara, para a população da Serra d'El-Rei. -----

Senhor Professor Jorge Carvalho:

- Disse ter havido, claramente, duas discordâncias do senhor Presidente da Junta, relativamente à previsão de uma variante e à localização de uma área de atividades económicas, tendo também havido, a combinação de uma segunda reunião na Junta, por apenas terem estado presentes, o senhor Presidente da Junta e outra pessoa da Junta, sendo que ainda valeria a pena aprofundar essa questão na própria Junta, tendo sido isso que entendeu, até com a visita ao local. Disse que os

argumentos sobre a área industrial foram no sentido do lado da Junta, em que partilhavam da importância de ter uma área, onde se pudesse instalar atividades económicas no caso da dinâmica acontecer, partilhando todos da mesma ideia. Do ponto de vista técnico, disse que era praticamente indiscutível que o sítio bom, seria exatamente ao lado, no concelho vizinho, porque não tinha ventos que afetassem a povoação, e por outro lado, estava perto do nó, não geraria tráfego de atravessamento da povoação e, portanto, seria indiscutivelmente o sítio bom, sendo evidente que tinha a desvantagem de ser no concelho vizinho e só com processo negocial, sendo por essa razão que instalaram um pouco de terrenos vazios. Disse que, a seu ver, não poderia ser a norte, porque a haver qualquer atividade poluente, os fumos trariam mau cheiro para a povoação e por isso, pareceu-lhes de todo, que a norte seria errado. Disse que a questão da variante, era uma discussão muito genérica nesta Câmara, não sendo só em Ferrel e na Serra d'El-Rei, que a questão se colocava, e por isso havia, aparentemente, opiniões fortes num e noutro sentido. Disse que num sentido, tinha-se de se ter cuidado se a variante for feita e se tirassem o tráfego do centro, por existirem dinâmicas económicas, que de alguma forma podiam ser questionadas, referindo que o futuro seria o reforço das funções pedonais, e de alguma forma, valorizar os centros, não tirando o carro, mas tirando o tráfego de atravessamento do centro, o que não significava que o carro não vá lá, mas que o tráfego de passagem não deva ir lá e que o fazer ou o não o fazer, poderia ser um momento de oportunidade, não querendo dizer que seja urgente, dando o exemplo que na Serra d'El-Rei, não lhes pareceu que seja muito urgente fazê-lo, mas que, em qualquer caso, deveria ser prevista uma variante para que, e quando, se sentir necessidade, já estava previsto o canal para que ela possa acontecer, sendo esses, os argumentos nas várias situações que estavam em cima da mesa. Disse que seria diferente prever o plano, que era sempre algo a médio e longo prazo, das obras que a Câmara poderia querer fazer ou dinamizar, por poderem ser privados num curto prazo, sendo que seria algo que poderia vir a acontecer, havendo alguns casos, que a seu ver, seria urgente, e outros casos em que não seria nada urgente, parecendo-lhes que na Serra d'El-Rei não seria urgente, mas isso seria equacionar a problemática que estava em cima da mesa. -----

Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:

- Disse que, em relação à Zona Industrial ou Polo Industrial, era uma reivindicação de há muito, da Freguesia da Serra d'El-Rei e principalmente do atual Presidente. Também comungou das preocupações, pela localização da proposta a norte da localidade, sendo uma questão que tinham que ter, e a não ser o constrangimento do atravessamento da Vila, poderia simpatizar com a solução, junto à EN114 e naquelas proximidades, onde antes estavam as fábricas, e inclusive, referiu algures, que lá havia um terreno muito paupérrimo, de onde foram retiradas muitas terras, que talvez estivesse a trezentos ou quatrocentos metros da EN114 para norte e que estava muito protegido, seria um local a visitar, que poderia ser uma possibilidade, mas a par do que decidirem onde poderia ser a localização dessa zona industrial ou polo de desenvolvimento económico, seria saber onde as dinâmicas eram criadas. Achou que se devia ser acompanhado, se haveria um grande interesse de como adquirir as propriedades e não fazer ao contrário, que seria fazer uma zona industrial, e valorizá-la e depois, tomar a decisão de comprar os terrenos a seguir. Achou que seria a freguesia em que havia mais dificuldades, pelo menos da sua parte, em saber o que fazer, por a apresentação ter sido feita, por opção da Junta, só à Junta de Freguesia e aos dois elementos. Na sua minha opinião, achou legítimo que se possam apresentar as propostas da equipa, e também, aflorar a possibilidade de ser num local ou noutro, porque a variante, como já referiram várias vezes, era possível ou não era possível, dependendo da vontade política e, estar desenhado ou não estar desenhado, era quase irrelevante, não havendo mal que venha por aí, mas também, porque não impunha. Admitiu que deviam, no dia que forem lá, procurar auscultar a sensibilidade das pessoas que queiram participar nessa sessão e depois, poderem tirar essa conclusão. Disse que não se sentia à vontade de dizer que sim ou que não, tanto num aspeto, como nos outros que eram mais problemáticos e por isso, achou que seria interessante colocarem as questões, até porque a

freguesia era a mais pequena, em que normalmente as pessoas estavam interessadas, sendo que iam ouvir, para além dos Autarcas da Junta de Freguesia, os da Assembleia de Freguesia e a população. Quis também ouvir os senhores Vereadores que quiserem manifestar-se, em relação ao assunto. -----

Senhor Vereador Jorge Gonçalves:

- Disse que, relativamente à matéria, na sequência daquilo que já foi dito ontem, na reunião de Câmara, o que importava seria, desde logo, consensualizar posições, relativamente a esta freguesia da Serra, como as outras freguesias, ao plano no geral, havendo depois, as intervenções, a audição pública, as sessões públicas, que seriam abertos a todos, aos membros da Junta, da Assembleia de Freguesia, à população em geral e a quem quiser participar, e achou que não havia nada contra isso. Disse que questão de a variante estar no plano ou deixar de estar, para si, seria uma questão diferente, por estarem a fazer a revisão do Plano Diretor, que devia ser o mais realista possível, dentro daquilo que eram as suas opções. Disse que devia haver uma visão da realidade do que queriam para o concelho, porque estar lá e as pessoas serem contra, e nunca se vir a construir, a executar, não seria o modelo que pretendia, relativamente ao PDM. Disse saber que nos PDM haviam muitas coisas que não se concretizavam, sendo que na altura que foram estudadas e decididas, seria a vontade das pessoas, dentro daquilo que pretendiam executar. Disse que não iria estar de acordo em colocar alguma coisa que seja no PDM, contra aquilo que as pessoas querem executar, ou aquilo que seja a vontade da Câmara, dos órgãos eleitos e das populações e, portanto, seria nesse sentido, que gostava de fazer esta primeira intervenção. -----

Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:

- Disse que, para tentar consensualizar, teriam que saber qual era a opinião de cada um. -----

Senhor Vereador Jorge Gonçalves:

- Na sua opinião, desde sempre que nunca houve, nem neste momento, nem nos próximos dez ou quinze anos, razões que justificassem a variante, até por ter muitos inconvenientes do ponto de vista de execução, na sua opinião, e que se a variante fosse construída por particulares para ser paga, deixavam de a ter, passando outra vez a ter uma estrada no meio de casas. Disse que o problema seria a Câmara não ter dinheiro para construir mais estradas, que tinham de ser construídas pelas pessoas, que tinham de gerar dinheiro para construir. Disse que a variante tinha que ser construída com o dinheiro da Câmara porque depois, não iam deixar de construir de um lado e do outro da variante, porque deixavam de a ter outra vez, passando a ter uma estrada no meio de casas, e que nos próximos quinze anos, tinham que ser realistas, já não falando em dez anos, não haveria possibilidades de o fazer, por nem as populações o quererem e por não haver possibilidades financeiras para isso. -----

Senhora Vereadora Cristina Leitão:

- Disse que já conheciam a posição do grupo do PSD sobre a matéria das redes viárias. Para além daquilo que o senhor Vereador Jorge Gonçalves já disse, entenderam que, a partir do momento que faziam basear o seu modelo de desenvolvimento em variantes ou em redes viárias, que não eram realistas, pegando na expressão do senhor Vereador Jorge Gonçalves, estavam no fundo, a afastarem-se daquilo que era o necessário, que seria discutir aqueles territórios, não existindo essas variantes, porque uma coisa seria terem no desenho, a marcação e fazerem o uso do solo em função dessa rede e outra coisa, seria ela não estar lá e, provavelmente, a proposta do professor Jorge Carvalho seria manifestamente diferente, se talvez lá não estivesse. Disse que já se sabia qual era a opinião do grupo do PSD, sendo que não eram contra todas, mas eram contra algumas, e aquelas que ampliavam, no seu ver, desnecessariamente as redes, especialmente porque o Município já tinha hoje encargos muito grandes com a manutenção deste tipo de infraestruturas, e no futuro,

devia primar por ser mais sustentável do ponto de vista daquilo que tinha, para recuperar e para manter, e que se fossem olhar a esse princípio, não podiam andar a ampliar redes, só porque sim, porque ficava bem e resolvia no desenho e no papel, mas na prática, eram mais contrário do que a favor, naquilo que entenderam que devia ser o desenvolvimento deste território, neste momento. Disse que, neste caso em concreto, já manifestaram a sua opinião, de que a Serra d'El-Rei perderá o fluxo automóvel, que ainda fazia viver, alguma dinâmica comercial, naquele eixo da Nacional, e a partir do momento que tiverem a solução desenhada daquela forma, continuavam a ter algum constrangimento, porque em frente à Serrana, o cruzamento seria muito difícil de resolver, continuará sempre a ser um constrangimento, seria sempre um nó de dificuldade de resolução, e portanto, os carros que vinham, nomeadamente da zona de Óbidos, da Praia d'El-Rei, continuarão a ter um ligeiro constrangimento com essa zona e com aquela curva, continuando a ter que circular devagar, ter que entrar dentro da localidade, naquela zona, para depois poderem sair para o IP6, e se assim for, perguntou o porquê de criar uma circular, uma variante, que deitava o trânsito para o lado contrário, daquele que até queriam, que fizesse descolar esse movimento, e portanto, o movimento principal não seria naquele sentido, seria no outro, sendo que isso não resolvia muito, causando alguns constrangimentos e uma perspetiva futura de terem encargos muito superiores a aqueles que já tinham. Relativamente à questão do espaço da área turística, entenderam que foi uma matéria que também abordaram no documento, reconhecendo ali, o mérito de ter sido colocada uma mancha, destinada a esse uso, concordando naturalmente com isso. Disse que também fizeram notas, relativamente às áreas verdes, sendo que continuavam a ter uma área verde, a seu ver, um pouco marginalizada, face ao que seria desejável, porque entenderam que os espaços verdes deviam estar o mais centrais possível, pelo menos, na Serra d'El-Rei, entenderam assim. Disse que acabava por ser “nim” no sentido em que achou que depois, dificilmente seria um espaço, onde as pessoas pudessem procurar aquele espaço, e que a Câmara ou a Junta teriam que fazer a sua manutenção, e não achou que seja valorizar o que era necessário, que seria valorizar os espaços verdes, no centro da localidade. Relativamente à zona industrial, disse que não conversaram sobre isso, depois de o senhor Presidente de Junta ter dado nota na reunião. Disse que as argumentações, seriam que já tinham alguma infraestruturação feita, e que seria desnecessário estar a criar outra zona e quanto a isso, não tinham opinião, por na verdade, não terem discutido essa matéria. -----

Senhor Vereador, Jorge Gonçalves:

- Disse que Peniche era um concelho demasiado pequeno e não tinha que ter uma zona industrial em cada localidade, teria de ter alguns espaços para alguma pequena industria local, mas tinha que organizar-se, do ponto de vista, se queria uma coisa com mais peso, com alguma expressão, no sitio próprio. Disse ter muitas reservas e continuou a dizer se alguma vez vai haver uma zona Industrial no Vale do Grou, tendo dito que nunca iria haver uma Zona Industrial da Serra d'El-Rei. Disse que podia haver alguns espaços, porque o próprio regulamento do PDM, podia permitir a instalação de algumas pequenas indústrias em termos locais, sem ser uma zona industrial. Questionou se tem havido da parte dos agentes económicos, manifestações de interesse nesse sentido, se tem havido pedidos de autorização para lá instalar indústrias. Disse que aquilo que era conhecido, por indústrias, na Serra d'El-Rei, tinha algum peso, do ponto de vista da cerâmica, do ponto de vista da carpintaria, sendo que hoje não já existe praticamente nada, desapareceu tudo. Disse que a perspetiva que tinha, relativamente à Serra d'El-Rei, não seria um retomar dessas atividades, seria mais uma zona onde as pessoas tinham alguma qualidade de vida, em que viviam ali, mas não trabalhavam ali, trabalhavam em Peniche, trabalhavam em Óbidos, trabalhavam nas Caldas, portanto, faziam estes movimentos pendulares, do ponto de vista profissional. Perguntou se seria necessário ou se seria também, um sonho, para dizer que existia uma zona industrial, que até já existia, tendo pensado que o anterior PDM definia uma zona, para zona industrial, por não

ter dado qualquer apetência, por parte de ninguém, e por isso, disse ter algumas reservas sobre assunto, sendo essa a sua posição, agora, como sempre teve. -----

Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:

- Disse que, no fundo, seria dar a oportunidade de não fechar a porta à possibilidade de instalar algumas pequenas indústrias. Também partilhou, um pouco, a avaliação do senhor Vereador Jorge Gonçalves. -----

Senhora Vereadora, Cristina Leitão:

- Em relação à Serra d'El-Rei, disse que fizeram uma nota que *“Foi considerado que se afigurava desadequado à nota que tínhamos feito, que era a possibilidade de prever uma área de atividade económicas, no final da rua do Aterro, onde existe uma vasta área de solo impermeabilizado, com armazéns edificados, no fundo, substituído desta forma, a prevista área de atividades económicas na zona da cerâmica, nunca concretizada, também pelos encargos, que a ETAR e a Estação Elevatória, podiam daí advir. Aqui, a proximidade ao Béltico, possibilitaria um incremento deste polo, que podia ser também, comercial. A equipa entendeu ser desadequada, esta possibilidade, todavia, a verdade é que já lá existem, quer os armazéns, quer o solo impermeabilizado.”* Perguntou se se afigurava desadequado, transformar o local, numa zona de atividades económicas, como é que resolviam aquele problema, que aparecia espalhado pelo concelho inteiro, dando nota que houve uma série de pequenas empresas que quiseram encontrar locais para laborar, não havendo área de industrial disponível, nem armazéns disponíveis, existindo armazéns agrícolas por todo o lado, muitos deles sem utilização, sendo que essas empresas, a pouco e pouco foram instalando-se nesses locais, tendo atividades que nada tinham a ver com atividades agrícolas. Disse que o problema, seria virem, repetidamente, pedir licenças para as suas atividades, por estarem a trabalhar em armazéns agrícolas e não tinham licenças de utilização para as atividades que tinham, quer fosse venda de materiais de construção, quer fossem carpintarias, quer fossem serralharias, perguntando como é que o PDM resolvia estas situações, de todo, por algumas estarem lá há mais de vinte anos, estando a falar de empresas pequenas, que podiam ter até dez trabalhadores, e o PDM teria que ter uma resposta para isso. Disse ter batalhado muito e batalhou no passado nesta matéria, chamando a isso, querer ter a listagem dos armazéns que eram agrícolas, onde havia atividades que não são agrícolas, e que a listagem que lhes foi disponibilizada, era muito precária, não dava nota de nada, os serviços não conseguiam avaliar que armazéns eram esses, tendo dito que não conhecia todos, conhecia alguns. Disse que havia outras pessoas que trabalhavam, assim como a própria, arquitetos e engenheiros, neste território, que já lhe fizeram essa abordagem e já lhe perguntaram o que achava sobre o assunto e como isso podia ser resolvido, sendo que todos conheciam, pelo menos, um ou dois casos, e se todos conseguissem, pelo menos, localizar, um ou dois armazéns, talvez se conseguisse algo, mas para si, não faria sentido, não tratarem desta matéria e não verem. Disse que um dos casos seria um armazém que estava no final da zona da rua do Aterro, que desconhecia. -----

Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:

- Disse ter percebido finalmente, a razão da senhora Vereadora Cristina Leitão, ter pedido com alguma insistência, o levantamento dos armazéns considerados agrícolas, que não são agrícolas, por achar que queriam saber qual seria a listagem dos armazéns agrícolas, mas no fundo, o que queriam, era a listagem dos armazéns que não eram agrícolas, mas que estavam licenciados como agrícolas, se bem que os serviços e os técnicos da Câmara, estavam sobre pressão, com muita coisa ao mesmo tempo, estando à espera que se contrate alguém, por não estar a ver alguém dentro, que consiga fazê-lo, o que não era fácil. Disse que, em termos técnicos, não tinham ninguém, todos tinham responsabilidades acrescidas, em várias áreas, que não valia a pena estar a reportar, tendo

dito que se falou no número de constrangimentos e de uma dificuldade que existia. Disse estar à espera, através da Oestecim, de trazer uma proposta à Câmara, para receber viaturas ligeiras, para que talvez, pudessem agarrar em algum dos três fiscais ou mesmo os três, para o poderem fazer. Mesmo não agradando aos técnicos, disse que tinham que afastar a ideia da variante da Serra d'El-Rei, porque a haver este propósito e este consenso, não seria a Câmara que iria contrariar o professor Jorge Carvalho. -----

- Em relação às questões que a senhora Vereadora Cristina Leitão referiu, achou que seriam pertinentes e que seria muito interessante, conseguirem fazer o registo de todos os armazéns e mais alguns que andavam por aí, tendo também, em linha de conta, o que podiam ou não, fazer, e assumir quando não o poderem fazer, em relação a encontrar soluções para esse tipo de atividades, instaladas em vários locais do concelho. -----

- Comungando a opinião do senhor Vereador Jorge Gonçalves, em relação a permitir que existam oportunidades para instalar algumas atividades, sem ser em zonas de atividade industrial, simpaticizando com a questão das possibilidades que possam, a qualquer momento, surgir, nomeadamente em termos comerciais, referindo-se à Estrada 114, mas não só, também na Rua do Outeiro, entre outras, sendo esta a preocupação que achou que deviam transportar. Disse que, em relação à Serra, estavam conversados. -----

Senhor Professor, Jorge Carvalho:

-Relativamente a uma visão para o futuro, disse que algumas das variantes que propunham, tem sido entendida, como se fosse uma nova via ou como se fosse uma preocupação de tráfego, num caso ou no outro até era, mas era raro, e que, de um modo geral, a sua preocupação, seria com valorizar e valorizar especificamente, o centro da povoação, tendo a convicção profunda que a realidade europeia mostrava que, de facto, o caminho seria que o tráfego de atravessamento saísse dos centros, e por isso têm insistindo tanto nessa atitude. Disse que, de qualquer forma, seria evidente que podiam ainda não a prever no PDM, embora possam já pensar que um dia possa acontecer, mesmo que não esteja explícito, não sendo capaz de deixar de pensar nisso. Disse que no caso da Serra d'El-Rei em concreto, como o nó da Serrana era muito complicado, estavam a tentar eliminar um traço. Sabendo-se que a Serra d'El-Rei estava a perder população e sabendo que o país vai ter quebras demográficas fortíssimas num futuro próximo, portanto, as expectativas de crescimento eram muito poucas, tendo dito que o potencial da Serra seria ser um sitio onde se viva agradavelmente e que não seja um sitio que viva de um tráfego de passagem, tendo que ter essa capacidade ou não iria funcionar. Disse que o sitio onde se viva agradavelmente e que até tenha alguma potencialidade turística, tinha muito que ver com as vistas que se fazem daquele sítio, por, exatamente, a terra estar fechada em si e por todo aquele horizonte de vistas estar completamente desperdiçado, e não se aproveitava na terra, e, portanto, o reforço do centro que existia, passava por o abrir-se às vistas daquele sitio ao mar, que era importante para valorizar aquele local, sendo que respondia logo, porque ao passar, estaria num sitio mais alto, e não seria a via que as ia inibir, pelo contrário. Disse que sem a via, seria fundamental que o centro se abra às vistas, desfrute das vistas, até para ter uma capacidade de atração que hoje ainda não tinha, sendo fundamental que o passo estivesse aberto e seja potenciado e de alguma forma, lhe afirme a população e outra vez, a relação com o mar, portanto, o abrir a povoação ao mar, às vistas do mar, seria algo em que não se devia insistir. Disse que se se entender, que não haja atividades económicas nesse local, por a atividade económica, mesmo nesse ponto, iria afetar negativamente a visão da população, além que continuaria a estar a norte, relativamente à povoação. Disse que se desistirem de traçar a variante, não deveriam desistir de abrir às vistas e provavelmente, então, colocar um verde perto do centro, que de alguma forma, lhe defendia soluções futuras e que lhe podia valorizar a povoação. Disse que deveriam, em quaisquer circunstâncias, qualificar a povoação, abrindo às vistas e ao mar e, portanto, o centro devia organizar a sua frente, em relação com o mar, e no caso de se insistir na variante, devia-se pensar numa zona verde, que de alguma

forma, lhe estendia o centro, rematava-lhe ao centro e que lhe abra as vistas, e de alguma forma, lhe defendia no futuro, se um dia a Câmara entender que a variante até era necessária, estava lá o espaço disponível para ela. Concordou com a senhora Vereadora Cristina Leitão, que responder a atividades económicas instaladas ilegalmente, seria uma questão que teria que preocupar a Câmara, percebendo isso, estando a falar das instaladas, porque as a instalar, não se iam tirar do concelho todo, para serem instaladas na Serra d'El-Rei, e também lhe pareceu que estavam todos de acordo, de que alguma área, para algumas atividades que se devam instalar, devia existir, sendo que a dinâmica podia não ser muito grande, mas seria absurdo quererem-se instalar e depois não terem local para o fazer, e nessa situação, achou que havia consenso. Disse que a dinâmica que o senhor Vereador Jorge Gonçalves referiu, não se adivinhando uma dinâmica muito grande e, como de facto, o nó da auto estrada estava num local e o norte estava onde estava, seria por essa razão que surgia a sua proposta, seriam os terrenos livres, que de alguma forma, automaticamente, estavam muito próximos. Disse que, como a dinâmica não seria muito grande ou não se adivinhava muito grande, porque, senão, precisavam de uma zona muito maior, e porque aquela localização seria a possível, sendo essa a razão para a sua proposta. Disse que a norte não, pelas razões que apresentou e a outra que já pré-existia e que estava no Plano Diretor, seria algo possível, mas tinha duas desvantagens, porque pressupunha na mesma, o atravessamento e porque já estava a uma certa distância da povoação, não dando para ir a pé, por exemplo. Não estando entusiasmado com a proposta que fizeram, disse que dentro do concelho, seria a possível, parecendo-lhes a menos má. Perguntou se ficava assente que retiravam a variante, e se aceitavam que se redesenhasse, para que o centro, de alguma forma se reforçava, abrindo às vistas. -----

Senhora Vereadora Cristina Leitão:

- Pediu ao Professor Jorge Carvalho, uma explicação, relativamente às áreas urbanas de baixa densidade e de edificação dispersa, depois daquilo que foram os contributos que deram. Disse que os contributos chegaram há pouco tempo e que o seu grupo não teve oportunidade de reunir para o ver. Disse saber que o professor Jorge Carvalho sistematizou num quadro, pedindo-lhe para lhe dar nota de quais foram as alterações, relativamente às preocupações que tinham, porque a Serra d'El-Rei também tinha urbanos de baixa densidade e de edificação dispersa. Daquilo que identificaram, perguntou que alterações foram ou não, consideradas e também se aplicarão depois nesse território. -----

Senhor Professor Jorge Carvalho:

- Disse não saber se ia ou não, responder diretamente, porque também não percebeu totalmente as preocupações dos vereadores. Disse que tinham uma área muito significativa de urbana de baixa densidade. Disse que a regra do urbana de baixa densidade, seria aquela que era um território, onde não se abriam novas vias, para além daquelas que, expressamente, estavam desenhadas no Plano Diretor, por isso, seria algo onde se admitia, de um modo geral, que se aproveitassem as infraestruturas que já existiam, sendo essa, a situação mais banal, já existiam infraestruturas e então, ao longo das infraestruturas construía-se, mas também se admitia que o Plano previsse novas vias e então, ao longo destas vias, podia construir-se, e porque estavam a usar o urbano de baixa densidade em duas perspetivas diferentes, e neste caso, seria exatamente aquela onde estavam a prever que possa construir ao longo das vias que o Plano definia, que eram poucas e que pressupunham quarteirões de grande dimensão, com grandes quintalões atrás, fazendo isso, porque todas as suas projeções, mostravam que a Serra d'El-Rei iria crescer pouco, teria de crescer pouco, seria inevitável. Disse que a zona enorme era muito grande, mas ao mesmo tempo, estava rodeada de construção, e por isso, não teria sentido impedir ali construção, pura e simplesmente, e por essa razão, desenharam algumas vias e permitiram que ali ainda rematasse a população, com grandes quintalões, para dar um continuo urbano, fazendo depois, as contas depois, para que a carga

edificatória não fosse excessiva, e foi nesse sentido, que utilizaram, concretamente, para este caso, sendo que os únicos locais onde isso acontecia, seria na Serra d'El-Rei e da Atouguia da Baleia. -

Senhora Vereadora Cristina Leitão:

- Disse que significava, olhando ao cadastro daquelas áreas, que devia obrigar a emparcelamentos, e depois, devia obrigar ou se obrigaria ou não, a uma unidade de execução, perguntado como é que estavam a pensar prever isso. -----

Senhor Professor Jorge Carvalho:

- Disse que, embora este Plano Diretor tivesse um pormenor invulgaríssimo, nos locais que eram fundamentais e estratégicos, quase chegaram ao detalhe de saber se precisavam ou não, de unidade de execução. Disse que para muitos outros sítios, para ser rigoroso, apenas uma análise e um levantamento cadastral muito exato, é que lhes podia permitir como o fazer. Disse que nas situações em que tenham que abrir uma via para ligar um ponto a outro e que atravessasse várias propriedades, o que seria sensato, era pensar sempre numa solução desse género, formalizando uma unidade de execução ou de uma forma informal, porque não faria sentido abrir um pouco da via, e a via não ligar de um lado ao outro e se atravessasse várias propriedades, pressupunha por vezes, uma pequeníssima coisa, próxima da unidade de execução, embora seja uma coisa muito elementar, mas dependia de caso a caso, porque em cada caso, teriam que verificar, e nem em todos os casos chegaram a um detalhe em que possam afirmá-lo com segurança. -----

Senhora Vereadora Cristina Leitão:

- Deu nota de que faziam referência no documento, que era importante, percebendo quando o professor Jorge Carvalho dizia reiteradamente, que tinham mais pormenor do que aquele que estavam obrigados. Disse que discordavam na questão da flexibilidade, onde o professor Jorge Carvalho achava que devia ser muito flexível e não devia prever tudo, mas acharam que quanto menos flexível for, no sentido de quanto mais detalhado estiver, mais ajudará o Município a fazer a gestão urbanística depois, e por isso insistiram muito com a questão de onde podiam definir as unidades de execução. Disse que, para resolver este problema e ficarem todos bem na fotografia, quer sejam os técnicos, seja a Câmara, seja quem for, as unidades de execução deviam estar pré-definidas, para quando o PDM estiver na rua, as pessoas saberem onde era o seu terreno e tinham unidade de execução, ou seria noutro local, onde teriam unidade de execução, sendo por isso, que seria importante que lá estivessem. Disse que era por uma sensação de justiça, estando a falar por saber o que estava a dizer, tendo dito que o professor Jorge Carvalho não a viu a opor-se à questão das unidades de execução, tendo dito que deviam estar definidas, e que talvez até concorde com o professor Jorge Carvalho, de que tinha que ser como fez nos seus pareceres, sendo preciso que estejam definidas à partida, pedindo para que não deixem isso, para o poder discricionário da Câmara Municipal, definir no futuro, quando tiver que avaliar cada situação, porque não ia correr bem a ninguém, nem aos técnicos, que tinham que informar os processos, nem à Câmara Municipal, seja quem for. Disse que depois, podiam ver o caso de Ferrel, mais no concreto. -----

Senhor Professor Jorge Carvalho:

- Disse que partilhavam da ideia de que precisavam de um plano bastante detalhado, e não seria por acaso que o estavam a fazer, que não podia fazer com que um plano demore séculos a ser feito, porque depois, podia calhar no território todo e depois, seria impossível e nunca mais tinham plano, sendo um problema de sensatez. Disse que não seria apenas um problema de sensatez, porque o delimitar unidades de execução teria de ser em função de duas coisas, uma podia ser já prevista, com muito detalhe e por isso, demorariam imenso tempo, e a outra não a podiam prever, por terem que fazer o próprio cadastro, e que seriam as dinâmicas. Disse que, em função de determinadas dinâmicas, podia ter uma delimitação de uma unidade de execução ou outra, e se metesse no plano,

que seria uma certa delimitação, teria que ser essa, mas depois, estava a matar iniciativas individualizadas, que podiam funcionar autonomamente, porque ter dito no plano que era essa delimitação. Disse que seria essa delimitação tão exata, a que chamou de burocracia, que em vez de facilitar o desenvolvimento das coisas, estava a travá-lo. Disse que para um técnico da Câmara seria muito fácil, porque o plano dizia que é a unidade de execução, mas seria o contrário, porque a experiência de uma situação desse género, o que trazia de bom, seria muito menos do que trazia de mau, porque lhe paralisava imenso, as dinâmicas instaladas, que podiam não ser feitas, porque o plano, de uma forma quase burocrática, disse que seria dessa forma, porque não o podiam fazer de forma não burocrática, porque não conheciam as dinâmicas que irão acontecer no futuro, que vão ocorrendo. Disse que a Câmara tinha que ter a flexibilidade suficiente, para fazer uma gestão inteligente, em função das dinâmicas que acontecem, metendo-lhe a calçadeira, em todas as que são positivas e conseguindo viabilizá-las, e não as travar, só porque o plano dizia que não, e o resultado seria esse, seguramente. -----

Senhora Vereadora Cristina Leitão:

- Em relação às considerações que o professor Jorge Carvalho fez, disse que até podia vir a concordar que tinham que definir, à partida, todas as unidades de execução, não sendo isso que estavam a pedir. Disse que estavam a pedir, para que, em casos concretos, balizados, em que não fosse possível ir além, lembrando-se que havia zonas do território, que estavam entre áreas construídas, que a obrigavam a defini-lo, desde logo, não estando a dizer que o professor Jorge Carvalho faria isso, em áreas dispersas, em que a dinâmica, podia ser mais um proprietário, menos um proprietário, mais um empreendimento maior ou mais pequeno. Disse que havia zonas do território que podiam ser, desde logo, definidas, e que se não fizerem, não estavam a ser corretos, porque a dinâmica já não ia ser outra, ou a Câmara quer que aquele território seja intervencionado, todo ao mesmo tempo ou não quer, e que se quiser, teria de dizer que queria, até porque, no caso de que se está a lembrar, não seria possível ir para mais lado nenhum. Disse que ainda não chegaram à questão do que foram as respostas do professor Jorge Carvalho, ao documento que elaboraram, porque quando chegarem a essa discussão, talvez já não estejam tão de acordo. Lembrou que o professor Jorge Carvalho disse que estava nas regras, mas precisava de as concretizar, quando dizia que as propostas que apresentavam, não cumpriam a lei, teria de dizer quais são. Pediu para que, quando o professor Jorge Carvalho disser que “está nas regras” diga antes que “estava no artigo 96”, e só nessa situação, podia falar com o professor, para debater e argumentar. -----

Senhor Arquiteto Gil Ribeiro:

- Relativamente às apresentações das Juntas de Freguesia, disse que a apresentação em Peniche, cidade, foi das mais consensuais, referindo que o Posto de Turismo foi bastante valorizado. Disse estar a dar uma espécie de relatório da conversa na Junta, com vista a consensualizarem uma proposta para apresentar à população, que seria o objetivo destas sessões, como já consensualizaram para a Serra d'El-Rei, com a retirada da variante e outras opções. Disse que a questão mais debatida de todas na Junta, foi o Eixo Central, não tendo sido unânime, referindo que a intervenção foi muito dominada por uma intervenção em particular, mas a maior parte das pessoas foram bastante recetivas, tendo também sido explicada a questão do RED na península, sendo que estas foram as duas questões da área do Rústico de Edificação Dispersa, na península.

Senhora Vereadora Cristina Leitão:

- Disse que a edificabilidade podia ser a mesma, contando de um lado e do outro da via, mas do ponto de vista prático, tinham uma via que atravessava o terreno e, do ponto de vista da valorização e utilização prática daquele terreno, não seria a mesma. -----

Senhor Professor Jorge Carvalho:

- Disse que um lote constituído para construir, seria diferente de um terreno para urbanizar, sendo que um terreno para urbanizar, para poder ser construído, teria que ser urbanizado, ou seja, teriam que ser feitas vias, independentemente de estarem assinaladas na planta ou serem outras, e o facto de estarem assinaladas na planta, apenas dizia que seria uma via importante, porque teria sempre de fazer vias. Relativamente à edificabilidade, disse que a partir do momento em que vão ter hiperculação, vai ser igual para todos, mesmo aqueles que tenham o terreno pintado de verde, tinham a mesma edificabilidade, porque tinham que encontrar os mecanismos de compensação. Do ponto de vista da valorização dos terrenos, ficava estabilizada, porque cada um ficava com a edificabilidade que o plano lhe vai atribuir, que seria uma edificabilidade media. Disse que o facto de terem diminuído a zona verde criava mais flexibilidade para o aproveitamento do terreno. Quis chamar a atenção da Câmara que desse ponto de vista, o equilíbrio seria sempre igual. -----

Senhora Vereadora, Cristina Leitão:

-Disse que não pôs em causa, a edificabilidade, mas falou do facto de um terreno ter um atravessamento viário. Disse que seria diferente ter um atravessamento viário na forma que estavam a projetar, do que ter que executar aquela infraestrutura de uma forma lateralizada ao espaço. Do ponto de vista do projeto de um equipamento, disse que esta solução, não era melhor do que se tivesse a Paulo VI, porque atravessava no meio de um terreno, e a utilização que se fazia da edificabilidade, seria diferente, seria uma questão de projeto do edifício, não seria uma questão de espaço. -----

Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:

- Disse que nem sequer havia projeto e era uma intenção, que pediu para concretizarem, para ver se podiam fazer algum acordo, mas seria certo que ninguém queria concretizar. Disse que se fosse no terreno ao lado, já não havia problema, tendo dito isso ontem, ao senhor Arquiteto Gil Ribeiro. Disse que até se surpreendeu a partir de certa altura, por pensar que havia posições diferentes, pelo menos no início do mandato, entendeu isso, mas podia ter sido um mau entendimento seu. Disse que o Executivo Municipal teria que decidir se queria a Paulo VI ou se queriam outra alternativa.

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Américo Gonçalves:

- Não teve problemas em dizer que o senhor provedor, estava a defender um terreno que, provavelmente podia ser mais valorizado, como disse a senhora Arquitecta Cristina, sem o atravessamento ou com o atravessamento, e na sua opinião, talvez até ficasse mais valorizado com o atravessamento, porque se lá for feita uma unidade, num determinado espaço, ele iria ganhar uma frente para outras coisas. -----

Senhor Professor Jorge Carvalho:

-Presumiu que a ocupação da etnia cigana daquela área, devia ser resolvida no sentido de os reinstalar no mesmo local ou noutra local. Disse que a questão do local não era uma questão neutra, tendo dito que, de acordo com o plano, podia ser reinstalada em qualquer área urbana que lá esteja, porque, no fundo, seria uma ocupação urbana de que estavam a falar, e por isso não estavam a introduzir nenhum limite no plano, que já podia especificar como resolvia a solução, ou podia ser omissa, relativamente a ela, o Plano Diretor não tinha que dizer isso, sendo que a Câmara podia querer dizê-lo, mas como era um assunto muito delicado, precisavam primeiro, de orientações políticas diretas e só depois podiam trabalhar nesse sentido, ou deixavam em aberto, a possibilidade de num qualquer local urbano poderem reinstalar e o plano permitia-o. Do ponto de vista do instrumento do planeamento, disse que uma ocupação da etnia cigana não era, do ponto de vista do zonamento, uma ocupação diferente de qualquer outra, não estando a iludir que o problema exista e que a questão exista, e não estava a dizer que não podiam apontar já, no quadro do próprio plano, não na planta do zonamento, que nem sequer o podiam fazer, mas com um

programa de intervenção da listagem, a Câmara podia, no PDM, introduzir já, alterações nesse sentido e também não o podia fazer ainda, e desse ponto de vista, ficavam a aguardar uma decisão a esse nível para dar um passo.-----

Senhor Vereador Jorge Gonçalves:

- Disse estar perfeitamente de acordo com o professor Jorge Carvalho, de que seria a Câmara a dar orientações, no sentido de ela própria, saber qual é o caminho que tem que seguir para a resolução daquele problema que ali tem, que tinha que ter uma resolução muito mais rápida do que a Alameda e do que a estrutura viária acima, e por isso, estavam a inverter as coisas. Disse que, do ponto de vista público, o que seria exigente com os poderes públicos, neste caso com a Câmara Municipal, seria a resolução do problema do acampamento, e não seria o problema da alameda, nem o problema da Avenida do Brasil. Da sua parte, achou que seria uma boa solução, independentemente de não ter nada a ver com o terreno que está ao lado, dando conta que o senhor Presidente da Câmara disse algo que ficou gravado, que lhe pareceu extremamente grave: “*Se fosse o terreno ao lado, não havia problemas.*”, que não seria a questão para si, a questão para si, seria se talvez tenha estado habituado durante muitos anos a uma coisa chamado Paulo VI, admitindo que talvez tenha agora, alguma dificuldade em mudar a agulha, relativamente a aquilo que muitos anos, foi idealizado. Disse não ter nada a ver com os terrenos ao lado, e nem sequer queria saber de terrenos ao lado.-----

Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:

- Quis saber, da parte dos senhores Vereadores, se tinham alguma sugestão para onde deviam deslocalizar, o que teriam que edificar para a etnia cigana, sendo uma questão que estava em cima da mesa e, independentemente de concordar com o que foi dito, nomeadamente pelo senhor Vereador Jorge Gonçalves, em relação ao timing e às prioridades, concordou em absoluto e achou que talvez tenham oportunidades nesse sentido, mas seria bom que houvesse da parte dos senhores Vereadores, que transmitissem a sensibilidade para onde, que iria ser um problema. Disse que normalmente, não tinha que assumir aquilo que alguns senhores vereadores dizem, por ter de ser o Presidente a fazer a proposta, porque obviamente fará, mas quis perceber se tinham alguma opinião para onde as habitações deviam ser edificadas para aquelas famílias que, como se sabe, estavam divididas em duas grandes famílias e outra mais pequena, que seria o menor dos problemas, mas as maiores famílias, teriam que ser equacionadas.-----

Senhor Vereador, Jorge Gonçalves:

- Achou que o que a Câmara teria que fazer, relativamente a esta matéria, era tomar a decisão política de dar orientações, para que, do ponto de vista técnico, seja estudada uma solução, porque a história de dizer para onde, que tinha a ver com as variantes, do ponto de vista territorial do espaço, do ponto de vista sociológico, havendo uma série de componentes que tinham que ser estudadas e não seriam os presentes, em cima da mesa, que diziam: “*É ali ou acolá*”. Quis que a Câmara decidisse que era uma prioridade estudar o problema e encontrar uma solução do ponto de vista técnico que seja alternativa a essa solução. Disse que o professor Jorge Carvalho pôs a hipótese de ser no próprio local em questão, com certeza, com outra estrutura, do ponto de vista do ordenamento do espaço, do ponto de vista construtivo, sendo por isso, que tinham que ter que dar orientações a técnicos que estudem a matéria e que lhes apresentem propostas, para depois, tomar uma decisão relativamente a elas, mas se cada um dissesse onde podia ser, na sua opinião, Ferrel, seria uma boa solução. Disse haver uma questão fundamental, porque estavam a falar de uma comunidade de ciganos que eram pessoas como todas as outras, que talvez tenham outras vivências e outras culturas, que os outros não têm, tendo de se encontrar soluções para pessoas.--

Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:

- Disse que também estava estudado, que uma forma de ajudar a resolver estes problemas, na maior parte das vezes, seria pela habitação, sendo que depois, a integração podia ser feita ou não, de acordo com as intervenções dos Municípios e de outras instituições. Também comungou da opinião do senhor Vereador Jorge Gonçalves, de que em determinado momento, seriam os técnicos que poderiam encontrar ou sugerir, que se estudassem soluções para o problema. Achou que, se quisessem, de alguma forma, podiam sensibilizar os técnicos, com alguma das suas opiniões. ----

Senhor Vereador Filipe Sales:

- Disse que não seria estar a amarrar a resolução deste problema à questão da revisão do PDM, mas, de facto, seria uma oportunidade boa que tinham para o discutir, dando conta que, em janeiro de 2018, colocaram esta questão ao senhor Presidente da Câmara, que disse, em relação ao acampamento de etnia cigana que *“o assunto iria ser discutido entre todos, inclusivamente com a Assembleia Municipal, a própria comunidade deveria ser envolvida, e o assunto tinha que ser muito bem avaliado”*, tendo também dito na altura que *“os serviços, nomeadamente a ação social, estavam ainda a ser reorganizados.”* Subscreveu que ao longo das últimas décadas, têm assistido a uma falta de vontade e a uma falta de coragem para encarar este problema que tinha, sem sombra de dúvidas, ser encarado como um assunto prioritário da Administração Concelhia, referindo que existem várias possibilidades, mas não podiam fazer de conta que os problemas não existem, e na altura o senhor Presidente da Câmara, no seu programa eleitoral, dizia que: *“Vamos trabalhar para encontrar soluções. Nós temos propostas.”* Disse que, da parte do senhor Presidente da Câmara, não conhecia uma única proposta, referindo que o senhor Presidente da Câmara fez questão de colocar no plural, *“Nós temos propostas. Vamos trabalhar para encontrar soluções. Não podemos fazer de conta. Têm-se registado uma falta de vontade e falta de coragem para encarar com determinação.”* Confessou, admitindo que podia andar distraído, que não conhecia uma única ideia, uma única estratégia, para resolver este problema concelhio, referindo que, quando falam em propostas, quando o senhor Presidente da Câmara dizia que *“Temos várias propostas”*, não conhecia uma única proposta, uma única ideia sobre esta matéria e, estando nós a discutir este assunto, nesta altura, seria também, um exercício de coerência, era ver as afirmações, os compromissos que fizeram e que agora têm que os cumprir. -----

Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:

- Disse que, às vezes, o grande problema, seria querer impor a sua vontade, e que não ouvia ninguém e que não dizia nada. Assumiu que seria verdade, que havia mais que uma proposta, existiam várias propostas, que terá que as fazer em determinado momento, em termos de equipa. Disse que gostava, ao contrário do que, por vezes, o senhor Vereador Filipe Sales entende que era antidemocrático ou que gostava muito de dar a entender isso, procurava fazer o contrário, procurava que a Câmara, que o Município recebesse, de todos, que queiram colaborar para alguma solução, seria nesse sentido, sendo que seria óbvio que os técnicos da Câmara e os Técnicos externos, iriam trazer propostas para essa solução, não querendo adiantar mais do que isso, referindo que as propostas já estavam pensadas. Disse que os ónus das soluções teriam que ir para alguém, porque qualquer que seja a solução, alguém iria ficar zangado. Disse que não ia abdicar de entender este assunto como prioridade, não iria abdicar de afirmar o que já afirmou nesta sala, há alguns meses atrás, que o assunto devia ser discutido no momento certo, em sede do PDM. Disse que para algumas coisas, era o seu programa que valia, era aquilo que devia apresentar, mesmo que sejam ideias ou propostas do seu programa que, por vezes, não são aceites e eram bloqueadas. Disse que a questão seria trazer, para um dia, que se supunha ser mais técnico, questões eleitorais e estar sempre a discutir o seu programa, seria bom. -----

Senhor Vereador Filipe Sales:

- Disse que assumia sempre as suas afirmações e, de facto, por vezes, colocava em causa o seu sentido democrático, de gerir esta Câmara Municipal, que alguns vereadores, entre os quais se inclui, por vezes são marginalizados em relação a alguns processos, e nessa situação, assumia-o com toda a frontalidade, não precisando de enviar recados a ninguém e quando tem que o dizer, dizia-o com educação e com frontalidade. Sobre a questão do acampamento, referiu que o senhor Presidente da Câmara dizia, e bem, que remeteu para o processo de revisão do PDM, a apresentação de propostas. Achou que estavam num processo muito avançado, tendo dito que não se conhecia uma única ideia do senhor Presidente da Câmara, embora dissesse que tinha ideias.--

Senhora Vereadora Cristina Leitão:

- Em relação a esta matéria, disse que, numa matéria, em que começaram a abordagem em janeiro do ano passado, e que se consultassem as atas de discussão, das vezes que estiveram a falar do Plano Diretor Municipal, abordaram um pouco mais aprofundadamente em abril do ano passado, praticamente há um ano. Nessa altura, chamaram à atenção para esta questão e ficaram a conhecer a opinião do Professor Jorge Carvalho, de que uma solução de deslocalização, passaria por uma zona próxima daquela onde estava hoje, tendo sido por isso que voltaram a abordar esta questão, e se lessem isso, percebiam que, já há época, o senhor Presidente da Câmara disse ter as propostas e que tinham de encontrar naquela área, a solução para a deslocalização, mesmo que não estivesse na planta de ordenamento. Julgou que, passando à ação, o que fazia sentido, seria o senhor Presidente da Câmara, dar conta daquilo que são as suas propostas, e também, trazer à Câmara Municipal, a informação que já, por diversas vezes, pediram, no que toca à habitação social, que não teria que ser uma informação muito exaustiva, mas pelo menos, aquela que conhecia, por ser preciso saber se, no âmbito dos fogos de habitação social que têm, naqueles que vão receber, o que estava em cima da mesa, dando conta que já pediam há dezassete meses, que essa informação lhes seja prestada. Disse que a determinada altura, pediram que a Câmara fizesse um contato técnico com entidades, comissões que trabalham com etnias ciganas e com outras etnias mais desfavorecidas, para ser auxiliada nesse sentido. Disse que ao longo de dezassete meses, por diversas vezes, pediram que esta situação fosse considerada a diferentes níveis, com pedido de informação, pedido de colaboração, e o que se via, passado um ano de terem discutido esta matéria pela primeira vez, o senhor Presidente da Câmara continuava a ter exatamente o mesmo discurso que tinha à data. Disse estar à espera, daquilo que foram os contributos dos vereadores, que o senhor Presidente tenha, de certa forma, percorrido algum caminho, referindo que o senhor Presidente da Câmara gostava de dizer que destabilizavam, e o que lhe gostaria de lhe, era que questionavam, e que pediam que fizesse uma intervenção, por ser o seu papel, de que, no fundo, tenha em conta aquilo que são os contributos dos vereadores. Disse que não estavam a destabilizar, mas a alertar para os problemas e dizer "*Presidente, há um caminho, que estamos disponíveis para consigo, percorrer.*", referindo que se o senhor Presidente da Câmara não fizer o caminho que devia fazer, por ser quem tem que ir à frente, por ter sido eleito, alguma coisa teria que evoluir no seu discurso, e que não podiam estar um ano à espera, faziam propostas, faziam considerações, referindo que o senhor Presidente da Câmara só sabia dizer que destabilizavam, e que, se neste tipo de intervenções, quer chamar a atenção a destabilizar, disse estar à espera que não seja entendido dessa forma, e o que queria, era que o Plano Diretor tenha rapidamente uma solução, que também tenha que integrar, podendo não ser na Planta de Ordenamento, a resolução deste problema, porque era a resolução, e a forma como vão resolver este problema, também podia ditar a forma como vão desenhar o eixo rodoviário, sendo apenas por isso que achou que também não podiam perder mais tempo. -----

Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:

- Em relação aos dados sobre a habitação social e dos inscritos, disse ter estado a avaliar o mapa, tendo solicitado que fosse corrigido e que alguns elementos não fossem fornecidos, por razões de

proteção de dados, por poderem ser utilizados, e que por isso, podiam ter problemas. Disse que como vê muitos documentos que deviam ser mais privados e que deviam ser da responsabilidade municipal interna, teria o direito de o fazer e de, pelo menos, preservar o direito à privacidade de algumas das pessoas, até por não serem os senhores Vereadores que apareciam, mas depois apareciam essas situações expostas, e algumas delas não lhe agradavam. -----

- Em relação à informação, disse que era verdade, e que iam informar assim que puderem, chamando novamente à atenção, para saber se o mapa estava, ou não, fechado, porque ele existia.

- Em relação à questão do que foi chamado há dezassete meses, disse que não conseguiam dar resposta a todas as necessidades do município, nomeadamente e termos de organização, havendo um conjunto vasto de pessoas que estavam subcarregadas, e que se estavam subcarregadas, não podiam agarrar todos os processos, em que havia necessidade de desenvolver, dando conta que ontem estiveram a falar sobre esta questão da solução, tendo em atenção, o PDM, para estudar as propostas que vão apresentar aos senhores Vereadores. Disse que não podiam acusar, a si particularmente, de não estarem interessados em dinamizar este processo do PDM, desde o principio do mandato, para conseguirem fechar este dossier e que possam tomar as melhores medidas para o concelho de Peniche. Disse que aquilo que escreveu, era aquilo que sentia, referindo que não mandava ninguém escrever por si. Disse que o que sentia, em relação ao acampamento da etnia cigana, era que seria mesmo uma prioridade do concelho de Peniche, e tem que arranjar soluções, sendo isso que vai ser proposto, e que não seria a primeira prioridade, em termos do trabalho da equipa ou das equipas, que estavam a trabalhar nas propostas, mas, sendo uma prioridade do concelho, era uma prioridade que sempre entendeu que devia ser integrada no PDM.-----

Senhor Professor Jorge Carvalho:

- Achou que havia dois consensos óbvios que verificou, um deles, o de considerar que esta, seria uma questão importante que teria que encontrar uma resposta, parecendo-lhe consensual e no segundo consenso, pareceu-lhe que a resposta passava por encontrar e organizar, um local onde se instalem, em condições humanas e decentes, parecendo-lhe que havia consenso sobre isso. Disse que iria ser uma ocupação urbana, afirmando o que disse antes, que ela teria que acontecer num qualquer local que esteja marcado como área urbana, e chegando aqui, aconselhou à Câmara, a não o introduzir, explicitamente, no PDM, por se saber que a relação das pessoas, com as questões da presença cigana, por razões que conheciam historicamente, que eram de tal ordem, que se arriscavam a misturar duas coisas, numa discussão e às tantas, complicavam o problema, e que, por si, separaria as duas coisas, não o integraria, como parte integrante do PDM, sendo este o primeiro conselho, por achar que seria mais prudente não o fazer, porque, em vez de discutirem o PDM, porque em algum lado tinham que os instalar, sabendo-se da relação das pessoas com a vizinhança dos ciganos e por isso, de certeza que iriam ter problemas numa discussão, e por isso, não a misturaria, sendo este o primeiro aspeto. No segundo aspeto, lembrando que foi uma opinião que deu antes, disse que um projeto destes, para se instalar, implicava uma negociação com as famílias, ganhar as famílias, encontrar um modelo, uma arquitetura especifica, que tenha a ver com o seu viver, sendo um projeto muito interessante, em que já assistiu ao lado, mas nunca participou em nenhuma, onde até nem se importava de participar, até por gostar de desafios difíceis. Do ponto de vista da localização, chamou à atenção da Câmara de que, uma das opções seria, disfarçadamente, marginalizá-los, que significava que se tivesse que inventar alguma zona urbana, longe da população e instalá-los por lá, sendo uma opção politica, minimizando conflitos de vizinhança, mas, no fundo, não deixavam de estar a marginalizar. Disse que a outra opção, seria integrá-los no centro, com outras pessoas, referindo que se essa for a opção, sendo que, como cidadão, inclinar-se ia para esta, diria que, como eles já estavam numa comunidade, como seria um problema daquele proprietário, que não conseguiu resolver, do ponto de vista da exequibilidade, seria sempre mais fácil, mantê-los onde eles estavam, na propriedade onde

estavam, numa parte da propriedade para libertar a outra, porque se os vai tirar na propriedade, valorizava muito a prioridade. Disse que seria sempre mais fácil, se a opção política for essa, mantê-los na propriedade, onde eles estavam, sendo uma questão, puramente de valorização fundiária e de relação com os outros. Quis sublinhar que não misturaria este assunto com o do PDM, trata-lo ia com o mesmo grau de urgência, sob pena de terem uma discussão que nunca mais parava. -----

Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:

- Concordou com o professor Jorge Carvalho, mas teria que ser em paralelo, não misturando com o PDM, sendo no momento do PDM, e no momento em que estavam a decidir se queriam o Eixo Central, se queriam a Paulo VI, e depois seriam naturalmente as dificuldades naturais, por entender que neste momento, seria o processo mais complicado que o Município teria que resolver, tendo muitos, mas teria que o fazer, sendo este o momento e neste mandato, em que as decisões tinham que ser tomadas, apesar de haver sempre pessoas que ficariam chateadas, não tendo dúvidas nenhuma que vai ser utilizado politicamente, qualquer que seja a solução. Disse que iam estudá-los, trabalhá-los e depois os autarcas discutirão. -----

Senhor Professor Jorge Carvalho:

- Sobre as questões da Junta, disse que não trouxeram nada de muito relevante, a não ser que fosse a questão do eixo. Disse que haviam questões que foram levantadas na Câmara, que valiam a pena elencar as que queriam responder, sendo que uma delas, seria sobre os terrenos da Câmara junto à Prageira, havendo também, uma questão que foi muito tratada no documento do PSD, sobre a questão do que chamavam de RED, Rustico de Edificação Dispersa. -----

Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:

- Relativamente à zona que estava, neste momento, a ser ocupada pelos serviços municipalizados e pela Câmara, ou seja, pelo Município, achou que deviam encarar em retirar todos os equipamentos que têm lá em definitivo, entendendo que havia vários passos a dar. Achou que podiam ser encontradas algumas soluções transitórias, mas o propósito seria transferir grande parte daqueles equipamentos para fora da cidade, que poderia ser, ou não, a Zona Industrial Vale do Grou, sendo desejável que fosse, e criar ali, condições para outro tipo de edificado e não só aquela frente que está virada para as muralhas. Achou que toda aquela zona devia ser estudada com esse propósito, mas a sua ideia e da sua equipa, seria esta. -----

Senhor Vereador, Filipe Sales:

- Pediu desculpa por voltar ao assunto anterior, mas pareceu-lhe que este seu contributo ia acrescentar algum valor. Lembrou que, em 24 de abril de 2017, a Câmara Municipal deliberou acerca de uma exposição do senhor Emídio Branco Xavier, que no fundo, apresentava à Câmara, que seria o proprietário, não sabendo se seriam doze mil metros quadrados, que seria o valor que teria na cabeça, tendo achado que seria o maior proprietário e que manifestou interesse em permutar aquele terreno, por um outro que a Câmara lhe sugerisse. Disse ter sido deliberado por maioria, com cinco votos a favor, dos membros da Câmara Municipal, eleitos pela CDU e pelo Partido Socialista, e dois votos contra, dos senhores Vereadores do PSD, a seguinte proposta do senhor Presidente da Câmara, apresentada verbalmente: *“Informar o senhor Emílio Branco Xavier, de que a Câmara, não considera oportuna, a questão da permuta, mas não se exclui, no futuro, essa possibilidade, dado que se está em sede de revisão do PDM.”* Disse que talvez fosse oportuno, ainda que, seguindo o conselho do professor Jorge Carvalho, da questão da etnia cigana, sugerindo que se revisitasse este processo. -----

Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:

- Disse que para serem justos, deviam tentar uma solução equilibrada, sendo que alguns desejavam “abusivamente”, há muitos anos, pelo menos, uma das senhoras, há mais de quinze anos, na altura em que foi para a Junta, quando o abordou pela primeira vez. Achou que seriam contributos interessantes que podiam ser vistos e que podiam ser encaixados na sugestão que estava a delinear, sobre a utilização de espaços, que são municipais e que tinham um valor acrescido. Relembrou que na Paulo VI, junto às Piscinas Municipais, a Câmara teria lá, pelo menos, dois ou três lotes. -

Senhora Vereadora Cristina Leitão:

- Em relação a esta matéria, lembrou que o professor Jorge Carvalho disse que tinham proposto que a A3 se transformasse em habitação, não tendo sido bem isso que propuseram. Disse que, no concreto, o documento que enviaram, no principio do ano, o que propuseram foi: *“Reequacionar as áreas C3. Concordamos que exista uma frente habitação ao longo do fosso da muralha, mas claramente, não concordamos que a traseira desta frente continue a ser composta por armazéns industriais. Julgamos ser benéfico, optar por soluções com fins residenciais e comerciais, em quarteirão e não em linha, ou em frente edificada. Entendemos por isso, que dois ou três quarteirões, que delimitam área do fosso da muralha, deverão deixar de contemplar armazéns industriais, sendo estes totalmente substituídos por habitação e comércio.”* Lembrou que o professor Jorge Carvalho, nesta reunião, até disse “perceber, aprofundar”, com especial incidência no terreno da Câmara, vindo, no fundo, dar resposta a este alerta, relativamente ao terreno da Câmara Municipal. Disse que também deviam equacionar, pelo menos na frente, junto ao Posto da Rodoviária, talvez um modelo de quarteirão, porque, depois, no ponto de vista prático, como estava, não saberia se resolvia. -----

Senhora Vereadora Cristina Leitão:

- Voltou a tocar na matéria dos equipamentos, neste momento, por ter ficado de ser disponibilizado o diagnóstico, relativamente aos equipamentos em falta. Disse que uma das questões que levantaram, seria precisamente para a área AE3, propriedade da Câmara Municipal, para saber se podiam ali, em vez de integrar uma área C3 ou H3, integrar uma área de equipamento, mas não se avançou com essa matéria nas propostas, por não terem o diagnóstico. Disse que também foi uma matéria que foram sempre passando à frente e que nunca discutiram, sendo que a determinada altura, chegou a questionar o professor Jorge Carvalho, relativamente aos equipamentos que deviam ou não, integrar, na zona do Fosso, e os equipamentos que deviam ou não integrar na zona do Eixo Central, tendo chegado a aflorar um pouco, a questão dos Museus, dos Multiusos, deste tipo de equipamentos municipais, tendo ficado por definir espaços para isso, sendo por isso que, tendo em conta, a pintura que se vai fazer deste espaço, sem ser AE3, a questão que se colocava, seria saber qual vai ser a outra, tendo em conta esta matéria. -----

Senhora Vereadora Cristina Leitão:

- Disse que numa das últimas reuniões sobre esta matéria, a Câmara ponderou deixar uma reserva, que seria em frente à Escola D. Luís de Ataíde, para a possibilidade de ter que ampliar aquele equipamento, onde estava classificado de H3, tendo havido abertura da parte de todos. Disse que houve pessoas da área da Educação, que a Câmara estaria a perspetivar, para que fizessem uma ampliação, um Centro Escolar em Peniche, sendo que o sitio indicado seria aquele. Perguntou qual seria o risco de pintarem naquele local, uma vez que pensou que nesta matéria, a Câmara até estaria mais ou menos de acordo. -----

Senhora Vereadora Cristina Leitão:

- Tendo em conta o que o professor Jorge Carvalho lhe disse, o que achou importante, seria, em primeiro lugar, terem o relatório, que já estava feito, os equipamentos, e que a Câmara, em curto

espaço de tempo, abordasse a matéria da Educação e, nomeadamente esta, no concreto, para poderem orientar a equipa. -----

Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:

- Disse que raramente, ou de vez em quando, estavam de acordo, sendo que até nem tinha entendido isso, quando abordou mais especificamente esta questão em reunião de Câmara. Achou que seria de toda a pertinência, marcarem aquela área, já como equipamento, que poderia ser este equipamento, defendendo isso, e também achou que a questão do Eixo Central ficaria muito valorizada, como muitos outros municípios o têm, que lá pudesse haver uma faixa considerável e talvez de ligação ao Parque Desportivo da Fonte Boa, que se fizesse toda essa ligação, e que obrigasse “*a uma concentração maior de pessoas naquela zona*”, tendo sido por isso que era sensível ao argumento que a Paulo VI possa ser algo diferente do que estava perspetivado no passado, que seja outra via, com melhores acessos pedonais, até para concentrar todas essas pessoas, tendo a perspetiva que quando começou a perceber a questão das escolas, dos Centros Escolares, dos JI, foram propostas outras localizações, achou interessante essa zona. Disse que ficavam com uma vasta área reservada ou várias áreas reservadas para o futuro, que seria aquela que estavam a referir, mas, também, a possibilidade de toda a área atual da D. Luís de Ataíde e, inclusive, o outro equipamento e toda aquela área da Casa da Juventude que tinha que ser requalificada e, inclusive, o espaço ao lado, que hoje serve de sede para os dadores de sangue. Disse que podiam planear, ou pelo menos, pensar, que a questão das escolas e dos JI, seriam diferentes, em termos de futuro, e que, quando planearem essa área, podiam estar a pensar ao mesmo tempo, como requalificar toda a D. Luís de Ataíde. -----

- Disse que a questão da Carta Educativa, estava em cima da mesa e a ser trabalhada. Disse que não podiam estar à espera da Carta Educativa para fechar o PDM, e na sua opinião, seria interessante estarem a trabalhar ao contrário, mas se houver consenso, sendo uma questão de estratégia da Educação que teria que ser definida pelo Executivo, pela Assembleia Municipal e pelas pessoas envolvidas, achou que ia enriquecer ainda mais, o propósito destas soluções, mas achou que seria, em definitivo, muito pertinente que aquilo seja pintado como equipamento.-----

Senhor Vereador, Filipe Sales:

- Relativamente à questão dos equipamentos escolares, disse que merecia uma abordagem detalhada, até por este sector da Educação ser um setor muito sensível e que requeria que aquilo que venham a preconizar, a idealizar, a planear para o futuro, esteja assente num plano, numa Carta Educativa, que esteja adaptada à nossa realidade, hoje em dia. Deu conta que a senhora Vereadora Cristina Leitão partilhou consigo, este feedback que lhe terá chegado de alguém que lhe terá dito que ouviu que o senhor Presidente da Câmara se terá pronunciado sobre o novo espaço, o novo Centro Escolar na cidade, que confessou que desconhecia esta intenção do senhor Presidente da Câmara. Voltou a dizer que esta área da Educação, era uma área muito sensível e que este tipo de convicções devia estar alicerçado numa base sólida, e essa base sólida, era uma Carta Educativa, onde “*quem percebe da poda*”, sem prejuízo, lembrando-se de dizer isso em algumas circunstâncias, de que não era o facto de não ser professor, para não poder falar em Educação. Disse que este assunto era tão sensível, que requeria uma abordagem especializada e aprofundada para estudar o que queriam a nível de Carta Educativa. Disse não saber o que estava previsto, confessando que não sabia, quer a nível da cidade e a nível do concelho, e por isso, seria importante discutir esta matéria da Educação, ouvindo o responsável do Pelouro, o senhor Vice-presidente, Mark Ministro, para tentar perceber o que estava a ser trabalhado, relativamente a esta matéria. --

Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:

- Disse ter referido há pouco, que não iam estar a aguardar o que vai ser a Carta Educativa que devia ter sido revista em 2014, informando que iam abrir os procedimentos, o processo para o dinamizar, ouvir toda a gente, e chegar a alguma conclusão na parte final, de certeza. Disse que a vantagem de estarem a marcar espaços, a definir como possibilidade que se construam equipamentos, que podiam ser para a Educação, como podiam ser para outra área. Disse que, como sabe, que era de uma pertinência muito grande e que era uma questão muito sensível, referindo que talvez o professor Américo seja quem melhor percebe do assunto, independentemente da opinião de cada um, iam aguardar pelas soluções. Disse que a solução, em termos estratégicos da área da Educação, complementava variáveis, havendo alguns equipamentos que precisavam de reforçar, nomeadamente os JI, de que já falaram. Disse que era a sua convicção, não tendo certezas absolutas em muitos aspetos, e neste, não tinha a certeza absoluta, tinha a opinião, sendo por isso, que seria muito bom poderem discutir uns com os outros. Disse que a sua intenção era “*espicaçar*” a sociedade e dizer que queriam avançar e discutir o assunto, e dentro do regime democrático, terão que concluir alguma coisa, não que lhes imponham, referindo que o que por vezes acontece, a opção seria encomendar uma Carta Educativa a alguém que não está presente, e se estiverem distraídos, talvez não fosse aquilo que queriam como trabalho e resultado. Disse que o Plano Estratégico era outra coisa, referindo que a Magna Carta foi feita nos dois sistemas e resultou no que resultou, tinha coisas positivas e coisas menos positivas. Disse que obviamente, o Plano Estratégico, politicamente, seria sempre atacável, não havendo mal nenhum nisso, e na sua opinião, seria melhor ver algum do que não haver, e retratar para o Plano Estratégico aquilo que era só a sua visão, ou a visão do seu grupo, não seria bom e foi por isso que entenderam que devia ser mais abrangente e que na altura certa, virá a reunião de Câmara, sendo que os senhores vereadores terão a oportunidade de se quiserem, de o abordar e fazer novas propostas. -----

Senhor Vice-Presidente, Mark Ministro:

- Disse que o Centro Escolar para Peniche já estava previsto na atual Carta Educativa, que, no fundo, não foi nenhuma novidade, mas teriam que ver se seria isso que queriam, e atualizar valores, porque na altura estava preconizado apenas um milhão e meio de euros para o Centro Escolar, que já estava previsto, assim como o Centro Escolar de Atouguia da Baleia. -----

Senhor Vereador, Filipe Sales:

- Disse que nós aqui, somos todos políticos e por isso, estavam aqui para terem intervenções políticas, e que não estava aqui para agradar, muito menos ao senhor Presidente da Câmara, não sendo o seu gosto, propriamente, que o inspira à sua ação diária. Disse que o senhor Presidente de Câmara, há pouco, lançou o repto ao senhor Vice-presidente, que tinha que falar mais, e o falar, não seria uma questão de gostar ou não, de falar mais, por terem responsabilidades aqui e, naturalmente, quem tem Pelouros, nomeadamente este Pelouro da Educação, tem uma responsabilidade acrescida e tem a responsabilidade de falar, não por gosto de gostar de falar, mas por responsabilidade de ter que falar sobre as matérias. Disse que, de facto, a Carta Educativa já previa um Centro Escolar para a cidade, julgado que previa também, um núcleo educativo, que achou que seria assim que era utilizado, na Serra d’El-Rei e em Ferrel, referindo que todos tinham a noção de que aquela Carta Educativa que preconizava este tipo de equipamento, estava obsoleta. Disse que precisavam de ter um documento estratégico, na área da Educação, que lhes permitisse, não sendo uma falha deste Executivo, mas uma falha, já do passado, aquando desta discussão, saber aquando desta discussão, saber o que iam precisar, a nível de equipamentos escolares, na sua opinião. -----

Senhora Vereadora, Cristina Leitão:

- Deixou nota de que o senhor Presidente da Câmara, no início do mandato, disse que tinha tido uma reunião com os proprietários da antiga fábrica da Ramirez, tendo-lhe já perguntado qual era o objetivo, ou seja, se teriam alguma proposta para aquela área, que era uma área considerável, estando muito próxima de uma área de equipamento que estava definida no plano e que estava aqui pintada como H2. Voltou a perguntar se existia alguma intenção destes proprietários, de ali fazer uma outra coisa, que não era o uso que tinham, nomeadamente habitação, para se perceber também, se esta área poderia ser ou não, ampliada, para área de equipamentos, e se fazia ou não, sentido, dada a proximidade que tem, também desta área de equipamento, sendo muito parte dela, propriedade da Câmara, deixando novamente em aberto esta questão. de querer saber qual era o conhecimento que o senhor Presidente de Câmara tinha, relativamente a essa área de construção e o que se previa para o futuro.-----

Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:

- Disse que não gostavam muito que dissesse que estavam a avaliar e eles estavam a estudar e não apresentaram nenhuma proposta, e que nessa altura, tiveram dois ou três contatos com técnicos e representantes da empresa. Recentemente, disse ter tido novamente um contato com o representante da empresa de Peniche, que continuava a afirmar que estavam a estudar, estavam interessados, mas tinham que aguardar. Disse não saber se seria habitação, estavam a estudar, estavam para apresentar um pedido de viabilidade, que foi o que lhes disseram. Disse que, de vez em quando, percebia-se que havia pessoas interessadas, grupos inclusive, em adquirir aquela propriedade.-----

Senhor Arquiteto Gil Ribeiro:

- Do ponto de vista de alterações que já incorporavam algumas contribuições, que achou que nunca tinham vindo à Câmara, teve a ver com o aumento da área verde a sul. Disse que as reações dos eleitos da freguesia foram muito diversas, tendo achado que não houve nenhuma posição consensual. Disse ter havido temas que foram mais debatidos, sendo que um deles, foi a questão do atravessamento da vila, que a si surpreendeu-lhe, por ter havido quem defendesse veementemente que esta seria uma boa solução, de desviar o tráfego de atravessamento, tendo havido quem defendesse exatamente o oposto, com argumentos de muita força. Disse ter havido questões pontuais, dando o exemplo de uma área de rústico a sudoeste e uma alteração recente, que seria a questão do Parque de Campismo a norte. A propósito de uma certa intenção de dinamizar, disse que se falou do que era possível nas áreas rústicas, sendo que também se voltou a falar da questão do Baleal, sendo que aí, houve quem defendesse que devia ser mesmo uma área de atravessamento, e quem defendesse que a sua postura era demasiado contida e que ainda se devia proteger mais, e que o que era relativamente consensual, seria que a questão do estacionamento e da qualificação do estacionamento era muito urgente, em particular, na época balnear, tendo sido a única coisa que podia dizer que era mais ou menos consensual, entre todos os eleitos. Disse que os temas mais fortes que saíram, foram a unidade de execução, o que se podia permitir em parcelas rústicas de grande dimensão, o atravessamento da vila.-----

Senhor Professor Jorge Carvalho:

- Disse ter havido dois pormenores, que lhes pareciam bem, sendo que havia um Parque de Campismo, que tinha que ser qualificado, não havendo nenhuma razão para o deixar ficar podendo-se assinalar como tal, e o segundo pormenor seria que os proprietários destes terrenos já tinham cedido um terreno para um equipamento e, mesmo sendo agrícola de conservação, e no agrícola de conservação, para fazer um empreendimento turístico seria preciso pelo menos, ter dez hectares e que se fosse agrícola de produção, seriam só quatro. Disse que se falou muito, numa coisa que ultrapassava um pouco, o Plano Diretor, mas que era importantíssimo, que seria a qualidade daquela área dita de campismo ou dita de turística. Disse que, de acordo com as análises

todas que fizeram, sobre as características do solo, seria uma zona de vale, muito delicada, aquilo a que chamam de agrícola de conservação que seria mais condicionado do que o agrícola de produção. Face ao que a Junta queria, para permitir que ali acontecesse um empreendimento turístico, pela dimensão da propriedade, disse se mudarem de agrícola de conservação para agrícola de produção, já o podia fazer.-----

Senhora Vereadora Cristina Leitão:

- Disse que se debatiam com o eterno problema de terem tentado viabilizar uma unidade de execução com um desenho, não tendo tido sucesso em concretizá-la, estavam a transpor para o Plano Diretor Municipal, exatamente a mesma solução, ou seja, naquilo que não conseguiram fazer por cooperação com os privados, contra a Unidade de Execução, estavam a impor, através do Plano Diretor Municipal. Disse que como se sabia, desde o início, nunca concordaram com esta solução, achando sempre que para a zona do Baleal-Ferrel, dada a pressão que exercem sobre este território diariamente, entenderam sempre, referindo que o professor Jorge Carvalho já foi dessa opinião, que essa teria sido a primeira ação da Câmara Municipal, no que toca a planeamentos, seria começar exatamente pela Unidade de Execução. Uma vez que não o fizeram dessa forma, referindo que estavam a fazê-lo através do Plano Diretor Municipal, e como também conhecia a opinião do grupo do PSD, que isso não lhes parecia que iria correr bem, nunca lhes pareceu que corresse bem no passado, podendo dizer que talvez não se vá resolver por si só, porque, na verdade, as pessoas sempre foram contra aquele desenho, porque tinha duas fases, tinha uma primeira fase, que seria a fase do empreendimento, do estacionamento, tendo depois a outra fase, depois da rua do Casal dos Ninhos, em que todos entendiam que devia ser uma parte de uma primeira fase. Questionou se punham no Plano Diretor, tal qual como era a proposta que, no fundo, foi rejeitada para unidade de execução e como isto se executava, como é que na prática, isso acontecia, porque na unidade de execução, acontecia em fases e a segunda fase só acontecia depois de a primeira ser concretizada, e tendo isso no Plano Diretor e não tendo definido como unidade de execução, perguntou como é que isso acontecia.-----

Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:

- Disse que era interessante ou era importante, que tivessem conseguido desenvolver aquilo que entendeu que seria uma aproximação aos vinte e um proprietários, que ainda não foi feito. Entendeu que possam continuar a trabalhar no PDM, nomeadamente em Baleal-Ferrel, e que possam tentar, enquanto o tempo decorre, até por lhe ter sido pedido, essa aproximação, tendo para si, que não vai ser fácil, mas que, pelo menos, que possam tentar, e que nessas conversas possam entender o que as pessoas, na realidade, querem ou não querem, e a partir daí, traria informação aos técnicos e aos colegas para depois analisarem. Para já, na sua opinião, não haveria grande interesse para se concentrarem nesta, mas esse seria o objetivo, de tentar agendar, no entretanto, provavelmente, durante os dois próximos meses, esses encontros e essas conversas para depois trazer a reunião, que não seria fácil, porque em termos de agenda, seria muito exigente, mas seria esse o objetivo. -----

Professor Jorge Carvalho:

- Disse que o processo foi-se arrastando, e, entretanto, tiveram mesmo que fazer uma alteração ao PDM, porque não poderiam avançar com a unidade de execução, tendo havido uma fase de alteração de PDM por causa disso e que exigia antes, planos de pormenor, sendo que depois, o processo foi-se arrastando. Disse que a questão de fundo não seria a solução, a seu ver, a questão de fundo seria a parceria e que, entretanto, em determinada altura, quando a Câmara avançou com o processo da parceria, aconselhou vivamente a Câmara, e os senhores Vereadores eram testemunhas disso, que não o fizesse, porque iniciar processos fundiários que eram, de fundo, no momento em que iam acontecer eleições, daria bronca, de certeza, e por isso, criou anticorpos,

como tinha dito que iria criar, era inevitável, referindo que naquele momento, não haveria mesmo condições para avançar. Sobre as questões de fundo, disse que a proposta que estavam a fazer, arriscava-se a ter um parecer negativo da CCDR e estavam a defendê-lo mal, por ter dito que seria muito importante avançar com unidades de execução, por terem toda uma zona, que nem estava urbanizada, nem edificada, e que estar a metê-la em perímetro urbano, se tivesse avançado a unidade de execução, tinham toda a justificação, porque já tinha avançado, mas assim, estavam a arriscar. Disse que era verdade que estavam a propor, como atividades económicas, sendo que a própria CCDR tinha instruções para que as atividades económicas sejam flexíveis, tendo esperanças que eles não levantem o problema, estando a correr este risco. Relativamente à solução, disse que no essencial, não podia ser de outra maneira por haver uma área ambiental, já de acordo com o POC, tinha que se qualificar, o que significava retirar o estacionamento, tinham que retirar de lá o tráfego de passagem, podendo ser numa via ou numa ao lado, não podiam por o estacionamento em “cascos de rolha” se não, as pessoas não iam lá, sendo um bom sitio para pôr o estacionamento, e por fim tinham que meter como atividades económicas, onde aquilo seria essencialmente, uma zona turística, sendo que ainda tinham um pouco de zona habitacional a rematar, mas aí, só podiam dizer que era rematar. Disse que tinha que haver uma solução em PDM, não podia ser um espaço vazio, a não ser que metam como rustico, que lhe parecia um desperdiço para aquela zona. Do ponto de vista do modelo de ordenamento, disse que não podia ser algo que não fosse aquilo ou quase aquilo, podendo haver algum ajuste. Disse que a questão se colocava mesmo, em ganhar os proprietários numa parceria, sendo certo que, de acordo com a própria lei, eles nunca o poderiam fazer sem ser em parceria, portanto, ou conseguiam convencer os proprietários a alinhar numa parceria, ou ali, não acontecia nada. Disse que se sentia bastante confortável, não obstante de todo um processo com que não se identificou, que foi lançar o processo numa altura, em que dificilmente podia ter êxito, e, portanto, sentiu-se muito à vontade em manter aquela, de uma forma muito mais flexível e que em termos de programa é o mesmo, mas em termos de solução exata podia não o ser, porque metiam só o programa, que depois podia ter ajustes dentro do quadro do programa. -----

Arquiteta Alexandra Tormenta:

- Disse que o facto de não estar delimitado uma área para a unidade de execução, seria muito mais flexível para os próprios proprietários se irem agrupando, sendo que uma das regras seria que fosse uma proposta urbanística integrada, autónoma, mas que eles próprios encontrem essa solução, à medida que queiram avançar, sendo que o caminho seria sempre a unidade de execução, e que a própria delimitação das unidades, ou seja, das fases que chamaram, em primeira mão, fases, mas que podiam ser as oportunidades de eles se agruparem, estavam a deixar ao critério da iniciativa dos particulares porque, às vezes, por um terreno, podiam não conseguir e podiam arranjar outra maneira, desde que a tal solução, sempre com o intuito de que a solução que apresentem, seja autónoma e que seja uma solução que consiga resolver os seus problemas, tendo dito que seria muito mais fácil deixá-los libertarem-se de um desenho e que eles próprios consigam essa interação. -----

Senhora Vereadora Cristina Leitão:

- Disse que neste particular, já tinham feito no documento, nota relativamente a isso, e na altura deixaram, como contributo, que podiam rever a proposta quanto aos aspetos que não mereceram o acordo das partes. Pensou que tinham a noção de quais eram os aspetos que não mereceram acordo das partes, na altura e achou que não podiam impor isso e que talvez fosse interessante fazerem a revisitação desses aspetos que não mereceram acordo das partes, na altura e que, no fundo, quinquaram com esta solução da unidade de execução e podiam olhar para elas, outra vez e perceber se podiam mudar alguma coisa na proposta, para dar mais abertura, porque o que queriam era que se concretizasse, e se não o fizeram no inicio do mandato, o caminho pela unidade de

execução, estavam agora em cima do prejuízo, a tentar resolver a questão nos dois anos que faltam deste mandato, não podendo correr o risco de chegarem ao final deste mandato e de nem terem uma coisa nem outra, e terem um problema grande, por se saber que a lei dos solos e dos comprimentos que tinham que fazer. Disse que o que propunham, já propuseram na altura, no documento, que se pudesse olhar para aquilo que não mereceu acordo, e naquilo que não merecer acordo, a Câmara teria que decidir claramente o que queria. Disse já não ter presente, até por não ter estado na reunião entre a Câmara e os proprietários, e o que sabe que aconteceu, foi pelo que foi relatado nesta reunião e também soube, de alguns dos relatos dos proprietários, que no início não foram contactados, e depois verificou-se que o cadastro era bem diferente, por haver parcelas que tinham sido divididas, e que continuavam a dizer que não tinham conhecimento, porque só tiveram conhecimento naquele momento, e portanto, achou que isso obrigava à equipa técnica e à Câmara Municipal, a olhar para o problema de outra maneira, que não só numa discussão numa reunião de Câmara. Neste particular, tentado ser consequente, pediu para que pudesse vir à Câmara, outra vez, esta informação daquilo que na altura foi partilhado. -----

Senhor Professor Jorge Carvalho:

- Disse ter havido duas posições, e houve proprietários que não queriam alinhar na parceria. Disse ter havido vários proprietários que se expuseram a, mas que punham uma condição, de que a garantia de que os terrenos a sul, também poderiam ser um dia, urbanizados. Disse que não poderia dar a garantia porque iria depender de uma aprovação e por haver domínios em que a CCDR, darão a informação que derem e sustentava juridicamente, se a Câmara o quisesse fazer, e dizer que eles não tinham razão, etc, tendo dito que desde o princípio estava no limbo jurídico, sendo muito mais complicado fazê-lo e poderiam ser obrigados a remeter isso, para uma zona rustica que um dia se podia, através de um plano pormenor de efeitos registais, vir a acontecer no futuro, tornando tudo mais complexo. Disse que os que estavam na disposição de alinhar no processo, sendo que alguns o disseram ou ponderaram essa possibilidade, queriam que os terrenos que ficavam mais a sul também pudessem ser destinados ao turismo, insistindo que não poderia garantir qual seria o parecer que ia acontecer nesse domínio, mas a proposta do plano seria essa e relativamente à pretensão daqueles que se disponibilizaram a, o plano consagrava, e desse ponto de vista, não sentiu necessidade de mais nada. -----

Senhora Vereadora Cristina Leitão:

- Na sequência da intervenção da Dr.^a Alexandra Tormenta, que referiu que “*Devemos optar por propostas urbanísticas integradas.*”, achou que esta terminologia, obrigava-os a definir, no concreto e também no plano do grupo do PSD, não sabendo, se no princípio, o que eram no concreto. Disse que no plano, seria benéfico que estivesse definido, podendo ser mais restritivo que a própria lei, mas menos, não podia, podendo vir a concordar com esta terminologia para resolverem algumas questões que talvez fossem aquelas em que disse que seria preciso unidades de execução contidas e que talvez estejam a encontrar um caminho que seria principalmente para ter uma terminologia própria, para algo que seria semelhante ao que defendiam como unidade de execução, mas que talvez fosse mais uma proposta urbanística integrada, saber o que são e como é que aconteciam. -----

Senhor Vereador Jorge Gonçalves:

- Disse que a proposta que a senhora Vereadora Cristina Leitão levantou, sobre a questão da unidade de execução, com todos os pormenores, estava replicada na proposta do PDM, na unidade de execução para o Baleal. Questionou se, dessa reunião que aconteceu com a Junta de Freguesia, houve recetividade relativamente a esta solução, ou houve oposição da parte da Junta de Freguesia. Achou que os proprietários nunca estiveram contra a unidade de execução, por não haver outra forma de resolver o problema, mas estiveram contra os limites da unidade de execução, que seria

outra questão, e disseram sempre que estariam disponíveis para encarar uma solução desse tipo, desde que a área da área de execução crescesse. -----

Senhor Arquiteto Gil Ribeiro:

- Disse que o zonamento seria apenas um dos aspetos da unidade de execução e que a questão do limite seria uma das questões chaves da unidade de execução. Disse que quando se fizer a unidade de execução, sendo a Câmara que teria de definir o limite, é que decidia qual era o limite da unidade de execução. -----

Senhor Professor Jorge Carvalho:

- Disse que se lhe perguntassem a sua opinião, à partida, sobre se aquela que propuseram na altura, era a mais adequada, continuaria a achar que sim, explicando que o plano que estavam a propor agora não implicava que fosse assim, podia ser de muitas maneiras e quando diz “ponto de partida” inclusivamente, do ponto de vista da metodologia que defendia para as unidades de execução, a Câmara devia avançar com uma delimitação, discutir com os proprietários e em função da discussão , chegar ao fim e ajustá-la, sendo possível do ponto de vista legal. -----

Arquiteta Alexandra Tormenta:

- Disse que a Câmara teria que pensar que os proprietários construam na zona onde pretendiam, mas chegando um pouco mais abaixo, a Câmara queria que a via começasse a ser desenvolvida, sendo a tal articulação entre o interesse privado e o público ou para um espaço verde e não fugir a aquela área porque já sabiam que era um espaço verde e queriam só uma unidade de execução para uma área, tornando-a simples. Disse que a Câmara teria que começar a articular sobre o que precisavam que seja o desenvolvimento, à medida que vai sendo concretizado. -----

Senhora Vereadora Cristina Leitão:

- Ultrapassando aqui, a questão da unidade de execução, relativamente a Ferrel e Casais do Baleal, disse que muitas das propostas que apresentaram para essa área mereceram a concordância da equipa, confessando que havia algumas que não viu o que queriam dizer, e por isso não fizeram essa avaliação, o que a levou a crer que a abordagem que tiveram, relativamente a este território, seria, no fundo, a mesma que a equipa agora faz. Neste caso em concreto disse que, em relação a aquilo que são as circulares, não podendo dizer que sejam bem as circulares ou variantes, neste caso, acabaram por ter que concordar, porque elas, no fundo, faziam remates de vias que já existiam e que davam continuidade, sendo um esquema um pouco diferente daquele que tem sido adotado nas outras situações. Disse que para a solução Ferrel-Baleal, tendo em conta os contributos que deram a par da questão da unidade de execução, estavam em condições de dizer que esta solução, seria a mais satisfatória, do que a que tinham anteriormente. -----

Senhor Vice-Presidente, Mark Ministro:

- Disse que a norte, na zona do ponto fabril, tinham o projeto da energia das ondas, perguntando se não seria importante ali contemplar, uma zona de salvaguarda para aquele projeto, para as infraestruturas que necessitem em terra. -----

Arquiteto Gil Ribeiro:

- Respondendo à questão do senhor Vice-Presidente, Mark Ministro, disse que não seria preciso contemplar uma zona de salvaguarda para o projeto da energia das ondas. -----

Senhora Vereadora Cristina Leitão:

- Tendo em conta esta abordagem, disse que tinham nessa zona, construções com alguma dimensão e que em tempos, o proprietário tentou desafetar da REN e fazer ali, a construção de um

equipamento turístico, julgando que teria sido isso que teria vindo à Câmara, perguntando se não merecia, por parte da Câmara, uma apreciação relativamente a isso, uma vez que já existiam aquelas construções. Perguntou o que acontecia às construções que lá estavam, se não davam ordem de demolição e o que faziam em situações de construções, tipo aviários e pecuárias antigas que estavam espalhadas por todo o território e que não teriam formas de ser usadas, e nesse sentido, o plano devia dizer o que devia acontecer, porque manterem-se tal qual como estavam, seriam “*uma porta aberta*” em que ali aconteçam ações de carácter não legal, com ampliações, que vão sendo espalhadas por todo o lado e por isso, achou que o próprio plano também devia definir alguma ação para essas construções que estavam, especialmente, em reserva ecológica. -----

Professor Jorge Carvalho:

- Disse que o enquadrar formas de dar uma resposta à questão, era algo em que andava a trabalhar e que, por enquanto, não seria fácil, não tendo encontrado qualquer solução, mas de qualquer forma, estaria atento a isso, porque era um dos desafios que tinha em cima da mesa. Disse que houve situações em que o próprio Governo criou regimes de exceção, mas foi com um quadro de regime de exceção, num prazo curto. Disse que uma coisa seriam os regimes de exceção e prazos curtos para atividades instaladas, por razões do ponto de vista económico, de emprego, que lhe abriam regimes de exceção do ponto de vista legal, em termos nacionais e depois, com reconhecimentos municipais, que era o que exigiam. Disse que não encontraram muitas soluções para o enquadrar num Plano Diretor.-----

Senhora Vereadora Cristina Leitão:

- Em relação a Baleal-Ferrel, tendo em conta a pressão que a Câmara tem todos os dias relativamente à questão, perguntou se seriam precisas medidas preventivas.-----

Professor Jorge Carvalho:

- Disse que começar em medidas preventivas, demorava X tempo, e que na fase em que estavam do PDM, se a Câmara quisesse andar depressa, entre publicar o plano e publicar medidas preventivas, o tempo seria quase igual, sendo que por isso que não quis medidas preventivas. ----

Senhor Arquiteto Gil Ribeiro:

- Antes de falar das questões levantadas, sublinhou algumas alterações que houve, em relação a plantas anteriores e que também, mais uma vez, foi para acolher contributos que vieram dos vereadores, nomeadamente, ter uma área de atividades económicas a sul, a criação de uma via de modos suaves entre a Coimbra e a Atouguia da Baleia, a ampliação da área verde, junto à Fonte de São Leonardo. Das questões debatidas, disse que houve várias questões, desde a própria ORU, havendo duas que foram debatidas com mais relevância, uma delas, a variante norte que passa junto ao Castelo e a ligação da parte alta da vila com a parte baixa, nomeadamente com a ligação com a Estrada Nacional 114. Em relação ao que foi dito anteriormente, disse que foram os dois assuntos mais polémicos, tendo achado que valia a pena ser discutido na Câmara. Disse que do ponto de vista de solução, não foram discutidas opções.-----

Senhora Vereadora Cristina Leitão:

- Disse que quando passou a viver nesse sítio, disse ter hoje, uma perceção desse lugar muito diferente daquele que teve anteriormente antes de lá viver e que continuava a ter, continuando a reafirmar as suas convicções, enquanto município relativamente a aquilo que depois também vinha vertido no documento da equipa do PSD, aquilo que eram as suas oposições a esta solução, e por isso, também não ia alargar-se no assunto, por todos já conhecerem. Tendo em conta aquilo que foram as considerações do PSD, neste caso em concreto, disse não ter sido tão aceite como no caso de Ferrel-Casais do Baleal, havendo algumas questões que o professor Jorge Carvalho,

liminarmente, rejeitou, porque considerava que não se afigurava adequado, tendo algumas nessa ordem, sendo que nessas, naturalmente, fez questão de, neste fim de semana de ir acompanhada ao local e colheu opiniões, para perceber que aquilo que tinham proposto estava assim tão fora, já não estando a falar das vias, mas essencialmente, nas questões do C2, na zona da Barragem. Continuou a achar que aquilo que meteram no documento, devia ser equacionado, não pondo em causa que ali possa existir uma atividade económica, em que possa acontecer qualquer coisa e que haja ali, um verde, por já ser um morro alto, e que e meter ali, construção com alguma dimensão, com dois pisos, com mais um piso de comércio por baixo, seria muito impactante para a imagem de quem depois vai estar no outro lado, até na estrutura do CCO. Disse que na proposta, pediram para que, em termos de altura, não fosse semelhante a aquela que o professor Jorge Carvalho propunha, tendo a ver com a altura dos edifícios que estavam a ser propostos nos C2, estando a falar de dois pisos, com mais um piso com comércio por baixo. Em relação às atividades, disse ter sido bom, considerarem a área que propuseram, por na verdade, terem muitos pequenos comércio, indústrias, oficinas. Disse que ficaram satisfeitos com a integração de uma área, que no fundo, vinha dar resposta ao que já tinham defendido para os outros lados, e, sendo que já existiam essas atividades, então, deviam mantê-las e também criar esses espaços, por não saberem como seria o Vale do Grou. Disse que viam uma área turística, numa zona que, inicialmente, não estava prevista em Porto Lobos. Em relação à área verde V1, na base da muralha do Castelo, disse também ter sido uma proposta em que consideraram, apesar de acharem que poderia ter uma área de dimensão maior, entendendo que se assim não fosse, também não seria por uma questão de mais metro, menos metro, que iam lá. Disse que, basicamente, nesta solução depois da conversa que tiveram na Junta de Freguesia, as únicas dúvidas que lhes oferecem, eram dúvidas muito concretas, relativamente a espaços urbanos de baixa densidade ou espaços de diversificação dispersa, não tendo ainda abordado esse assunto na Câmara Municipal. Disse que era um assunto em que também entendia que já não teria capacidade intelectual, mas seria uma matéria que exigia que a Câmara falasse sobre esse assunto, e que as dúvidas que ainda lhes residem, teriam a ver com a questão dos urbanos e das baixas densidades, e por isso, queriam perceber como é que isso ia acontecer. Disse que não se opunham, no caso de Atouguia da Baleia, às áreas que estavam definidas e delimitadas, querendo apenas conhecer, no concreto, as regras, para saber como acontece, referindo que em Peniche, não falaram sobre isso, tendo aí, uma opinião diferente, entendendo que Peniche era Peniche e os outros aglomerados e o resto do concelho, era outra visão, e por isso, defendiam que nas zonas urbanas de baixa densidade e de edificação dispersa, as regras podiam ser as mesmas, mas tinham que fazer alguma diferença entre o que era Peniche e o que era o concelho. Em relação a Atouguia da Baleia, não se opunham à proposta que é apresentada e, sabendo as regras, também podiam pronunciar-se melhor sobre isso, e por isso, no concreto, a grande questão estava exatamente nas vias, as do Castelo e as da Fonte Gótica. Disse que se falou muito na questão das prioridades, referindo que o professor Jorge Carvalho apresentava na planta, duas escalas de tracejado, uma mais evidente e outra menos evidente, pelo menos a do Castelo que vai para Ferrel, seria mais evidente, estava mais marcada, e a outra que fazia as escolas, estava menos marcada, que também teria a ver com a questão das prioridades. Disse que, como o Professor Jorge Carvalho se recordava, não foram contra as variantes, estando apenas pendentes da questão da prioridade das mesmas. -----

Senhora Vereadora Cristina Leitão:

- Achou que o plano pecou, não avaliou bem esta questão, à data que se fez o plano, em 2009, o facto de a Quinta de Santo António não ter poder ser integrada, nem que tivesse tido uma intervenção no solo, de maneira a que ela não ficasse na linha, sendo que a falha seria que a estrutura que lá estava e aquela tipologia habitacional, mereciam algo mais. Disse ter sido um erro do plano não ter feito logo essa previsão no início, em 2009, porque o devia ter feito, devia ter acautelado para que não ficasse naquela linha. Questionou que, se o plano vigora por dez anos,

tendo entrado em vigor em 2009, estando em 2019, o que a Câmara entedia, relativamente ao plano, à construção, à potencialidade que aquele edifício podia ter, por fazer muita falta, ter edifícios com caráter arquitetónico vernacular, que possam albergar unidades, do ponto de vista estratégico, estando a desperdiçar uma estrutura arquitetónica, que podia ter um potencial diferente.-----

Senhora Vereadora Cristina Leitão:

- Voltando à parte das vias, disse que também já apresentaram os seus argumentos, tendo referido que o professor Jorge Carvalho disse que resolvia o problema de construções muito feias, que estão por trás do castelo, com outras construções, mas na sua opinião, não seria assim que se resolviam construções muito feias, mas nesta matéria, disse que gostava muito de ouvir a opinião do senhor Presidente de Câmara, porque na reunião que tiveram na Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, com os eleitos da Junta, se houve ponto em que o senhor Presidente da Câmara se exaltou consigo e a própria exaltou-se com o senhor Presidente da Câmara, foi exatamente naquilo que era a sua opinião e naquilo que parecia ser a opinião do senhor Presidente de Câmara, que não conheciam. Disse que, desde o primeiro dia, quer a variante do Castelo, quer a variante da Fonte Gótica, o senhor Presidente de Câmara nunca lhes deu opinião, daquilo que era a sua opinião. Achou que, muitas vezes, nesta matéria do PDM, fartava-se de dar opiniões, outros colegas seus fartavam-se de dar opiniões, referindo que o senhor Presidente de Câmara quase parecia a Fátima Campos Ferreira, por estar quase, como que um moderador, em que são debatidos argumentos, falava com o professor Jorge Carvalho, mas nunca, em momento algum, o senhor presidente de Câmara deu a sua opinião sobre o assunto, e que por isso, para continuar, disse que gostava de conhecer a sua opinião. -----

Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:

- Disse que às vezes chamavam-lhe à atenção, e bem, que nas reuniões até falava demais, referindo que um dia vai conseguir-se disciplinar, o que não seria nada fácil, mas o que procurava, mas às vezes não parecia, seriam consensos, mesmo que possa não estar de acordo com as posições que vão sendo assumidas. Disse que, se o senhor Vereador Jorge Gonçalves tem a posição que têm, se o PSD tinha a posição que tinha, em relação a esta matéria, achou que, em termos consensuais, tinham que aceitar e retirar as duas variantes. Disse que preferia, mesmo que o senhor Vereador Jorge Gonçalves rematasse sempre com a mesma situação, que respeitava, admitindo até que tinha razão, de que às vezes, pensavam mais para a frente em relação aos recursos que tinham do que na verdade o podiam fazer, mas admitiu que podiam deixar em aberto, algumas soluções que podiam não simpatizar com elas, mas que amanhã, podiam ser grandes potencialidades, sendo também ser verdade que quando as quisessem fazer, faziam-nas à mesma, se o entendessem. Disse que gostava muito de ouvir as populações, dando exemplos várias vezes, referindo que já no ano passado, sem condicionalismos nenhuns, sem rede, como costuma dizer, mas se, em termos consensuais, em termos de vereação, seria esta a posição que entenderam, não seria por aí, que iam inviabilizar os consensos. Em relação à Fonte Gótica, disse nunca ter defendido acerrimamente, a solução da Fonte Gótica, e quando foi procurada outra solução, foi o próprio que a propôs, e a outra que o professor Jorge Carvalho referiu, seria muito cara, muito difícil de executar, sendo impensável. Em relação à variante do Castelo, achou que seria uma boa oportunidade e talvez, uma boa forma de embelezar e de ter mais cuidados naquela zona. Disse que costumava dizer que: *“Vamos concentrar as energias naquilo que é interessante, que é importante e que pode resolver alguma coisa. Aquelas em que não há consenso, vamos em frente.”* Disse que não ia usar politicamente sobre a forma como se vai defender, tendo achado que, na medida do possível, o PDM devia ser resultado de consensos com a população e entre a Câmara, quando for possível. -----

Senhor Vereador Jorge Gonçalves:

- Relativamente a esta matéria, disse ter a posição que tem, mas dava de barato que podia ir para discussão pública assim como estava, querendo ouvir a opinião da população da Atouguia da Baleia relativamente a esta matéria. Disse ter vivido na Atouguia da Baleia durante vinte anos e por isso, sabia o que as pessoas pensavam, voltando a dizer que a matéria podia ir para discussão pública como estava, e que depois iam ver qual seria o resultado final. Quis dizer que, quando o assunto for para discussão pública, não ia como um documento fechado da parte da Câmara, porque assim, não valeria a pena ir para discussão pública, por isso, teriam que ter em consideração o que as pessoas dizem, referindo que estavam aqui, em representação das populações e no interesse daquilo que as populações queriam, tendo dito que seria dessa forma que funcionava o regime democrático e por isso, não teria problemas nenhuns, à partida, em abrir o máximo possível das opções e ir discutir publicamente a solução apresentada e que se as pessoas dissessem que não, havia o momento posterior em que gostavam de fazer essa análise para terem que tomar uma decisão final e por isso, não seria uma questão de consenso à partida, referindo que não tinha problemas sobre esta matéria, por ainda ter a possibilidade de tomar a decisão final mais à frente, e que seria importante dar a possibilidade às pessoas de discutirem de uma forma muito mais aberta, muito mais larga, relativamente ao que seriam as opções, e depois, em função daquilo que manifestarem, sendo evidente que seria muito relativo, por a Atouguia da Baleia ter, talvez, três mil pessoas, e numa reunião apareceriam cinquenta ou sessenta. Disse que a Democracia não era um sistema perfeito, mas era o melhor que existia. -----

Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:

- Disse que havia uma contradição daquilo que ontem falaram, do que falaram hoje de manhã e daquilo que o senhor Vereador Jorge Gonçalves estava a referir. Também achou que, quanto maior abertura houver, melhor e quanto mais propostas existirem, melhor, estando a falar da Atouguia da Baleia. Disse que o que se tinha combinado, era que as questões que fossem levadas perante as populações, estavam consensualizadas entre todos. Disse que por si, também podiam ir todas as propostas, não havendo problema nenhum em ir todas. Disse que, da sua parte, estava aberto a qualquer solução. Disse que as duas propostas que não estavam consensualizadas, porque os senhores Vereadores se manifestaram contra elas, não deviam ir. -----

Senhora Vereadora Cristina Leitão:

- Disse que o problema que se colocava, seria que o senhor Presidente da Câmara estava nas discussões do Plano Diretor, tendo-se verificado com a pergunta direta que lhe fez: "*Concorda ou não, com esta solução?*", que estava com um pé dentro da discussão do Plano Diretor, e um pé fora, porque seria uma posição agradável, no sentido que dizia que queria consenso na Câmara Municipal, que era algo que também queriam, que a solução fosse consensual e que também queria ouvir as pessoas e só depois, tinha uma opinião. Disse que o senhor Presidente da Câmara projetava as suas opiniões, só depois de já terem dado opinião, tendo as suas convicções, porque, no fundo, parecia que estava no seu poder de escolher aquilo que entendia. Disse que tinham claramente de dizer: "*A minha opinião é esta.*". Disse que o que gostava no princípio, e que agora gostava ainda mais, seria que, neste momento, não fazia sentido nenhum, irem para a rua propor o que quer que seja, sem o senhor Presidente de Câmara dizer à Câmara Municipal o que achava sobre o assunto, sem que o senhor Vereador Mark Ministro, a senhora Vereadora Ana Rita e o senhor Vereador Rogério Cação, que não estava presente, o que achavam sobre o assunto, e só depois o senhor Presidente da Câmara poderia dizer assim: "*A maioria entendeu que é esta a solução e não aquela e, eu, enquanto Presidente de Câmara, vou propor isto. Agora vamos votar.*" Disse que seria da forma que acabou de dizer que as coisas aconteciam, e na sua opinião, esta maneira de fugir aqui, a ter que dar uma opinião, para ficar o ónus naqueles que deram opinião, desde o primeiro dia e que a escreveram num documento escrito, como era o caso do grupo do PSD, sem medos nenhuns, por assumirem aquilo que escreveram, que era muito conversado internamente e com as pessoas à

sua volta, referindo que o senhor Presidente da Câmara teria essa obrigação e seria o primeiro a ter que fazer isso, por lhe caber a si, fazer as propostas, e quando lhe perguntava concretamente: “*Concorda ou não, com a circular do Castelo? Concorda ou não, com a Fonte Gótica e com esta via?*”, o senhor Presidente da Câmara respondia-lhe tudo, menos a resposta concreta. Disse que o senhor Presidente de Câmara pediu a esta Câmara, dando-lhes um deadline, tendo dito que “*até ao final do ano tem que apresentar propostas.*”, que foi o que fizeram. Questionou se não tinha o direito de conhecer as propostas do senhor Presidente de Câmara e de quem estava consigo. Não achou que este fosse o caminho correto, apesar de ter achado que a reunião de hoje até ter corrido bem, mas neste caso concreto, um caso de discordância clara, entre aquilo que era a posição do grupo do PSD, desde o primeiro dia, o senhor Presidente de Câmara teria que assumir o que queria, por ser Presidente de Câmara e por ter uma equipa, e que ficar no limbo de não assumir e deixar que os outros assumissem sozinhos, não seria sério, referindo que o senhor Presidente de Câmara teria que assumir o que queria e qual seria a sua opinião.-----

Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:

- Disse que a senhora Vereadora Cristina Leitão, teria que nascer outra vez, para ser séria como ele, referindo que só teria que ter posição, em relação a aquilo em que se sentia confortável em ter uma posição, estando até a ser solidário com as posições dos senhores vereadores, e que para se defender, não fazia política nessas condições, referindo que uma vereadora ou um vereador, que queira, à força, que os outros tenham posição, quando, por vezes talvez não a têm e não se sintam seguros. Perguntou porque qualquer vereador que esteja à volta da mesa, teria que dar a sua opinião e quanto tivessem que votar, votavam. Disse que a intenção seria que o processo não fosse arrastado, e que não seria a obrigação de ninguém, fazer as propostas. Perguntou se teria que ter uma posição, se seria a favor ou contra a variante, junto ao Castelo, e se se seria a senhora vereadora Cristina Leitão a mandar na sua vontade. Disse que, quando não tinha uma posição clara e definida, não se sentia confortável. Disse ter dado sempre a cara a muita coisa, que não tinha medos e não cedia a pressões, referindo que era sensível aos argumentos dos vereadores do PSD, aos argumentos do senhor Vereador Jorge Gonçalves e aos da população. Disse que se não estivesse seguro das situações, podia tentar, democraticamente, formar a sua opinião em função disso, não sendo uma posição defensiva, até porque se fosse por aquilo que se estava a depreender das intervenções, se a maioria da população da Atouguia da Baleia, seria contra a variante junto ao Castelo, o mais populista, como por vezes, se referem a si, seria defender essa posição, não sendo essa a sua opinião, tendo dito que talvez até pudesse ficar lá, como uma intenção e que se alguém a quisesse implementar, se a população o quisesse, fazia-o. Entendeu que havia um consenso, que partilhou, questionando se ia dizer se seria a favor ou não, depois, referindo que estavam a fazer juízos de valor sobre a sua pessoa, não tendo o direito de o fazer. Em relação à outra variante, a da Fonte Gótica, disse que sempre partilhou com os senhores vereadores, as preocupações destes, a preocupação do Presidente da Junta, nomeadamente em relação à solução. Achou que seria uma sensibilidade, que respeitava e também partilhava. Questionou se teria de dizer se seria a favor ou contra, e na sua opinião, isso seria de uma violência que seria inaceitável, tendo dito que não o faria a ninguém, referindo que os vereadores que estão na sua equipa dariam a opinião que quisessem e votariam como quisessem. -----

Senhor Vereador Filipe Sales:

- Citou uma frase do senhor Presidente de Câmara: “*Têm que nascer outra vez, para serem sérios como eu. Está-se a ver ao espelho*”. Disse que este grau de discussão estava quase ao nível das discussões que o seu filho, de quatro anos, tinha na escola do “*Quem diz é quem é, lava a cara com chulé.*”. Disse que seria preciso alguma dose de assertividade para que a comunicação não falhasse. O que achava normal, seria que a Câmara Municipal, sendo composta por sete pessoas, numa lógica de partilha, todos conheçam as opiniões de cada um, e que, quando se fala em

consensos, o consenso não seria ceder sempre à outra parte, seria ver o que prevalecia, referindo que a Câmara Municipal, sendo um órgão colegial, seria sempre composta, em todas as Câmaras Municipais, por números ímpares para, até nestas circunstâncias, colher a maioria, e que a maioria nunca seja um número par e no outro lado, esteja exatamente o mesmo número, sendo por isso que, de manhã, quando se referiu à Carta Educativa e aos equipamentos escolares, disse que para além do gosto, aproveitando palavras do senhor Presidente de Câmara, que dizia que: “*Seria demasiado político para o meu gosto, estes seus considerandos que me recuso a comentar.*”, o que seria facto, era que todos os presentes tinham uma obrigação, não um gosto, referindo que o próprio podia gostar mais de falar, a senhora Vereadora Cristina podia gostar menos de falar, o senhor Vereador Jorge Gonçalves podia gostar mais de falar, a senhora Vereadora Ana Rita podia gostar menos de falar, mas todos tinham uma obrigação, em pé de igualdade. Disse que todos os que estavam presentes, enquanto elementos representativos do povo, e todos tinham que se pronunciar, admitindo que alguém, a determinada altura, quando estão a comentar a circular do Castelo, possam até não ter opinião sobre a circular do Castelo. Disse que não podia aceitar que estejam constantemente a discutir estas questões e que não haja uma opinião do senhor Vice-Presidente e da senhora Vereadora, não sendo razoável, na sua opinião, reservando-se ao direito para ter esta opinião.-----

Senhor Vereador David Fonseca:

- Disse não ter a presunção de falar em nome do senhor Vereador Rogério Cação, que não estava presente, referindo que já houve várias sessões para discutir o PDM. Disse não ser a primeira vez que não passava por essa situação, dando conta que não assistiu às discussões, sendo que muita coisa já foi debatida, e como tal, não teria opinião se seria ou não, a melhor, parecendo-lhe que talvez fosse nesta situação, tal como numa anterior, na Serra d’El-Rei, que acabou por ficar de fora, mas que também seria uma variante do mesmo género, que atravessava a vila e que passaria a contornar, pelo menos, a zona histórica da vila. Pareceu-lhe sensato que nesta situação, a população, as associações, as coletividades da freguesia, tivessem uma palavra importante a dizer, porque seria importante ouvi-los. Quis também, até para se enquadrar um pouco mais, nas reuniões com as Juntas de Freguesia, saber qual foi a posição que a Junta de Freguesia teve, em relação a esta questão, que lhe pareceu que não era pacífica e que poderia ser difícil de contornar e de resolver.-----

Senhor Vereador Jorge Gonçalves:

- Disse que estavam aqui, eleitos pela população que confiou neles, para, em seu nome, encontrarem as melhores soluções do ponto de vista das questões que lhe são colocadas, e achou que a dialética impunha, principalmente num documento desta natureza, extremamente importante, em termos do concelho, relativamente ao futuro e às opções do concelho, que essa dialética se faça entre todos os membros da Câmara. Disse estar de acordo com o senhor Presidente de Câmara, de que ninguém impunha a ninguém, a obrigação de falar e dar conta da sua posição, referindo que isso não funcionava só para uns, funcionava para todos, e que a si, ninguém lhe podia impor nada, à senhora Vereadora Cristina Leitão, ao senhor Vereador Filipe Sales, ao senhor Vereador Rogério Cação, que não estava presente, estando em seu lugar, o senhor Vereador David Fonseca e ao senhor Presidente da Câmara também não podiam impor nada, e se isso acontecesse, seria algo extraordinário, porque ninguém manifestava a sua opinião sobre nada. Disse que a Democracia seria precisamente, esta discussão, podendo refugiar-se nisso, é a sua opinião, que não quis dar. Disse que estavam a não corresponder a aquilo que foi a confiança depositada nos membros da Câmara, porque as pessoas esperavam que, relativamente a documentos desta importância, que cada um transmita as suas posições, referindo que ninguém seria obrigado e faria como entender, cada um daria as opiniões que entendesse, e se colocará no juízo das pessoas que os elegeram. Disse que, da sua parte, não quis dizer mais nada sobre esta matéria do que já referiu.

Senhor Vice-Presidente, Mark Ministro:

- Relativamente a esta matéria, e à semelhança da situação na Serra d'El-Rei, disse ser sensível a tudo o que seja atravessamentos de aldeias, localidades, ou de povoações e ao impacto que tem, retirarem, embora nesta situação, houve uma situação em que acabou por concordar com o professor Jorge Carvalho, sobre a zona junto às Igrejas, tendo dito que não seria em vão que, durante muitos anos tiveram aí, um sinaleiro voluntário, sendo de facto, uma situação que causava alguns constrangimentos. Disse ser bastante sensível à retirada das dinâmicas do atravessamento das localidades pelo impacto que acaba por ter junto delas. Em relação à primeira variante, não lhe chocava se fosse prevista, não querendo dizer que tivesse que ser executada e em relação à segunda variante, disse não ter opinião. -----

Senhora Vereadora Cristina Leitão:

- Em relação à matéria, disse que, para já, não se ia pronunciar, mas em tempo oportuno o fará, referindo que, à partida, por princípio pareceu-lhe bem a justificação. Lembrou que no dia em que receberam a informação, no dia 18 de outubro ou uns dias depois, o senhor Vereador Jorge Gonçalves pediu para que lhes fizessem chegar outros contributos/pedidos, de outras empresas ou particulares, respeitantes às questões do Plano Diretor. Disse que na altura em que acusaram a receção da informação, o senhor Vereador Jorge Gonçalves pediu que fosse dado a conhecer outras reclamações, contributos de outras empresas ou particulares que tenham notas relativamente ao Plano Diretor, e, portanto, talvez se estivesse na altura de serem dadas essas informações porque, para além desta técnica urbana, podiam existir outros. -----

Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:

- Não quis mentir, tendo dito que não se lembrava de ter tomado conhecimento. -----

Senhor Arquiteto Gil Ribeiro:

- Disse que ia sinalizar as alterações que acrescentaram. Disse que numa zona entre o Lugar da Estrada e a Consolação, havia uma área verde, a estação de serviço das autocaravanas. -----

Senhora Vereadora Cristina Leitão:

- Perguntou o que fizeram em relação às considerações do senhor Presidente de Junta, na reunião que tiveram, do Lugar da Estrada, em que disse que no cruzamento que existe hoje, para a Consolação, existia uma via que vinha do Lugar da Estrada e que depois apanhava a circular. Lembrou que o senhor Presidente de Junta disse que tinha entrado nestes serviços municipais, um projeto, perguntando se isso já se verificou. -----

Senhora Arquiteta Ana Carriço.

- Disse que entrou um pedido de licenciamento para uma moradia nesse local, e que o processo já foi remetido para a equipa de revisão do PDM, e que já lhes enviaram o parecer. Disse que iam informar, em conformidade o processo, referindo que identificaram e analisaram a situação. -----

Senhora Vereadora Cristina Leitão:

- Disse que queriam fazer uma abordagem a alguns aglomerados da Atouguia da Baleia, nomeadamente o Lugar da Estrada, referindo que no documento do grupo do PSD, pediram a integração de uma área verde para um circuito de manutenção, sendo que depois, acabaram por conversar e integrar uma zona de serviço de autocaravanas, referindo que o professor Jorge Carvalho teve oportunidade de ali colocar, um edifício, com um pequeno espaço público adjacente, e que por falha do grupo do PSD, não foi concretizado, nesta proposta de janeiro, a possibilidade de ampliar a zona de equipamento do Sporting Clube da Estrada, por causa de uma pretensão de

uma casa, para a “*Mão Amiga*” que era no fundo, um Centro de dia, referindo que esta associação muito tem batalhado para que se concretize, e que neste momento, tinha um acordo com o Sporting Clube da Estrada, de vir a usar parte daquelas instalações, para fazer um Centro de dia provisório, mas que tinha a pretensão, no futuro, de incluir ali, um equipamento desta natureza, na proximidade do Sporting Clube da Estrada, precisamente porque usavam as instalações do Clube, para fazer atividades físicas. Disse que neste momento, eles estavam, efetivamente, sediados na instituição Sporting Clube da Estrada, mas a ideia de terem uma casa, um Centro de dia e que, segundo se lembrou, seria interessante. Disse que na zona de urbano de baixa densidade, talvez teriam que avaliar, em função daquilo que seria a necessidade futura de perceber que área precisavam de salvaguardar nesse local, e na sua opinião, seria o sitio ideal para o fazer, por estar na proximidade do Clube, e que estava na proximidade do circuito de manutenção que também foi por eles, proposto. Disse que seria preciso avaliar qual a área que precisavam e qual a área que se perspetivava. -----

Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:

- Disse que o assunto ficava em aberto para uma decisão posterior e que havia várias sensibilidades. Disse sempre ter tido essa sensibilidade e também confessou que não ouviu ninguém. -----

Senhora Vereadora Cristina Leitão:

- Disse que quando decidiram o que decidiram e quando o projetaram no documento, foi com base em vários princípios, sendo que um deles foi dito pelo professor Jorge Carvalho: “*A Câmara não investe um tostão em redes rodoviárias. São os privados que fazem esse trabalho, o plano é projetar.*” Disse que a única exceção em que o Município punha um tostão, era a Marginal Norte e nas outras não punha um tostão e com base neste princípio, com base no princípio das prioridades, com base no princípio da reabilitação dos centros e com base no princípio de que os Bôlhos estava desertificado e não tinha lá ninguém, optaram que aquilo não fosse uma solução e o Município pudesse investir na compra de propriedades no centro dos Bôlhos, para fazer passar uma via, com condições, também para passarem o trânsito pesado, portanto, todas as posições que tomaram, foi com base numa série de princípios, tendo dito que neste meio tempo, alterou-se do ponto de vista do discurso do professor Jorge Carvalho, que a determinada altura disse que o facto de a Câmara não investir um tostão, em alguns casos, a Câmara tinha que investir também, porque estavam só a prever áreas urbanas numa das frentes e por vezes, podia ser necessário que a Câmara investisse em função das prioridades, referindo que o que acabou de dizer, foi dito pelo professor Jorge Carvalho, depois de apresentarem o documento. Disse ser preciso balizar o momento em que apresentaram as propostas e aquilo que servem de princípios às propostas. -----

Senhor Vereador Jorge Gonçalves:

- Perguntou quem construía a variante por trás do Parque de Campismo, se nesse local ia haver mais construção ou se seria a Câmara a ter que pagar. Disse ter estado a referir-se à variante que dá acesso à rotunda do campo de futebol. -----

APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA:

Deliberação n.º 388/2019: Para efeitos de execução imediata, a Câmara deliberou aprovar a minuta da presente ata, nos termos do número três do artigo quinquagésimo sétimo do anexo um da lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro. -----

ENCERRAMENTO:

Sendo dezassete horas e trinta e cinco minutos, o senhor Presidente declarou encerrada a reunião,

da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que contém um resumo do que de essencial nela se passou, nos termos do número um do artigo quinquagésimo sétimo do anexo um da lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, que eu, *Inês Lourenço*, Secretária de Apoio à Vereação, subscrevo.-----

APROVAÇÃO:

A presente ata foi aprovada e assinada na reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada no dia 9 de setembro de 2019, tendo sido deliberado dispensar a sua leitura, por o respetivo texto haver sido previamente distribuído pelos membros da Câmara Municipal, ao abrigo do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 45 362, publicado em 21 de novembro de 1963.-----

O Presidente da Câmara Municipal,

(assinado no original)

Secretária de Apoio à Vereação

(assinado no original)
